

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

GERENCONSULT GEOTECNIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

AUTOS nº 1026861-94.2023.8.26.0100

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - MAIO

(REFERÊNCIA A ABRIL DE 2024)



Sumário

1.	INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES.....	4
1.1.	Histórico, atividades e instalações da Recuperanda.....	5
1.2.	Da Estrutura Societária.....	5
1.3.	Da participação em outras sociedades.....	5
1.4.	Da Sede.....	6
1.5.	Mercado de Atuação.....	6
1.6.	Ativos Essenciais.....	6
1.7.	Principais Fornecedores e Clientes.....	10
2.	ENDIVIDAMENTO.....	10
2.1.	Créditos sujeitos à Recuperação Judicial.....	10
2.2.	Créditos não sujeitos à recuperação judicial.....	13
3.	COLABORADORES.....	15
3.1.	Histórico do número de empregados.....	15
3.2.	Relação de Empregados, Prestadores de Serviço e Sócios (pró-labore).....	16
3.3.	Folha de Pagamento.....	16
4.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.....	17
4.1.	Balancete Mensal de fevereiro de 2024.....	17
4.1.1.	Nota Explicativa 01.....	18
4.1.2.	Nota Explicativa 02.....	19
4.1.3.	Nota Explicativa 03.....	19
4.1.4.	Nota Explicativa 04.....	20
4.1.5.	Nota Explicativa 05.....	20
5.	SITUAÇÃO OPERACIONAL.....	20
5.1.	Das Dificuldades Operacionais.....	26
6.	QUESTÕES PROCESSUAIS.....	26
6.1.	Cronograma Processual.....	26
6.2.	Da síntese e da Atualização Processual da Recuperação Judicial.....	27
6.3.	Das Providências Processuais Pendentes.....	30
7.	OUTROS FATORES RELEVANTES A RELATAR.....	31
7.1.	Das demandas judiciais relevantes em que a Recuperanda figura como parte.....	31
7.2.	Das Habilitações de Crédito e Impugnações de Crédito Judiciais.....	44
7.3.	Do Quadro Geral de Credores.....	75
7.4.	Dos créditos de natureza trabalhista.....	75



7.5.	Do Plano de Recuperação Judicial.	76
7.6.	Das demandas trabalhistas em face da Recuperanda.	80
8.	DAS PRINCIPAIS E ATUAIS ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA.	85



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUANA PENA DE RESENDE e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/07/2024 às 12:38, sob o número WJMJ244415105947. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1026861-94.2023.8.26.0100 e código AcnM2xr2.

1. INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES.

Em continuidade ao último relatório mensal de atividades da Recuperanda, o presente foi confeccionado com base no contato, informações fornecidas pelos representantes da Recuperanda, documentos e informações disponibilizados à Administradora Judicial, e ainda atualizações sobre o desenvolvimento da atividade empresarial e fatores processuais.

Aqui, a Administradora relata os principais fatos ocorridos na recuperação judicial e na atividade empresarial da Recuperanda, no mês de abril de 2024.

A Recuperanda mantém-se solícita à Administradora Judicial e promove o cumprimento das solicitações, demonstrando interesse no êxito do procedimento recuperacional e alcance do objetivo final, isto é, desvincular-se da crise econômico-financeiro atual.

O objetivo do presente é prestar, a esta contemporaneidade, informações sobre o andamento da recuperação judicial e a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da Recuperanda, cujos fatos apresentem fatores relevantes à relato ao juízo, aos credores e demais interessados. O presente relatório, em que pese não possuir caráter de parecer ou opinião sobre os referidos dados, descreve várias nuances que passam a ser fiscalizadas pela Administradora Judicial com vistas informativas.

As próximas seções deste relatório têm o objetivo de ilustrar, com base nas informações disponíveis, esses motivos acima descritos, bem como trazer atualizações de informações acerca da continuidade de sua atividade

empresarial, para cientificação dos Credores interessados, bem como o conhecimento de Vossa Excelência.

1.1. Histórico, atividades e instalações da Recuperanda.

Quanto às atividades empresariais, neste último mês, não houve alterações, sendo a última alteração da Recuperanda na Junta Comercial, em sessão de 09.10.2023 mencionada nos relatórios anteriores.

1.2. Da Estrutura Societária.

A composição societária permanece inalterada em relação ao último relatório, permanecendo os sócios já mencionados no relatório de folhas 1.514/1.574 dos autos da Recuperação judicial, isto é, Sr. André Giffoni de Albuquerque, Sr. Paulo Cesar Bueno, e Sra. Rosemeire Bossoni da Silva Fernandes.

1.3. Da participação em outras sociedades.

A Recuperanda também é sócia da empresa Gerenconsult Locação de Equipamentos para Construções LTDA., inscrita no CNPJ nº 43.366.466/0001-18, constituída em 01 de setembro de 2021, com o capital declarado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A sociedade é composta: **(i)** Sr. Andre Giffoni de Albuquerque figura como sócio e administrador, **(ii)** Sr. Paulo Cesar Bueno figura como sócio, e **(iii)** Sra. Rosemeire Bossoni da Silva Fernandes figura como sócia e administradora.

Conforme alteração no objeto social e atividade econômica, de 26 de março de 2023, esta refere-se a *“construção de obras-de-arte especiais, obras de*

fundações, perfurações e sondagens, obras de terraplenagem, administração de obras”.

1.4. Da Sede.

Quanto às suas instalações, a Recuperanda se mantém sediada na Av. Diederichsen, nº 1.100, na Vila Guarani, São Paulo/SP, CEP: 04.310-001, onde funciona o escritório da empresa. Mantém um galpão locado, situado próximo ao rodoanel em Embu das Artes/SP, utilizado como apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial.

1.5. Mercado de Atuação.

A Recuperanda continua atuante no mercado de implementação de obras de infraestrutura tal como seu objeto social de *“construção de obras-de-arte especiais atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural obras de fundações obras de terraplenagem construção de rodovias e ferrovias existem outras atividades”*, cujos clientes atualmente são do setor privado.

Quanto à atividade de locação de máquinas pela Gerenconsult Locação de Equipamentos para Construções LTDA., não há, ainda efetivo desenvolvimento.

Ao longo do último mês, o status da atividade empresarial da Recuperanda melhor retratamos no item 5 do presente relatório.

1.6. Ativos Essenciais.

Em referência aos ativos essenciais contabilizados no mês anterior, a Recuperanda informou não haver modificação na relação para o mês de abril, de

forma que constituem aqueles registrados na contabilidade, na conta Móveis e Utensílios, Máquinas Equipamentos e Ferramentas, Veículos e Equipamentos de Informática, quais sejam:

- Móveis e utensílios (1.2.4.02) sob a rubrica total de R\$ 37.875,57;
- Máquinas, equipamentos e ferramentas (1.2.4.03) sob a rubrica de R\$ 1.537.889,90;
- Veículos (1.2.4.04) sob a rubrica de 1.659.992,00; e
- Equipamentos de Informática (1.2.4.05) sob a rubrica de R\$ 35.543,65.

Desta forma, segue a descrição analítica dos ativos, a qual é composta pelos seguintes bens:

Descrição do bem	Data Aquisição
FIATA ARGO 1.0; Chassi:9BD358A1NNYL43839 - PLACA GIT7H31	24.08.2021
BASCULANTE - MARCA: RODOTEC - CAPACIDADE: 12M - NRO.SERIE: SPCP9102120M05709 ACOPLADO AO VEÍCULO CAMINHÃO NOVO VW MOD 31.330E FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 9536Y8267NR003138 - PLACA ERA8E38	16.04.2021
KIA BONGO K2500 VEÍCULO NOVO FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 9UWSHX76ANN031364 - PLACA DRI5H83	25.08.2021
CARROCERIA ABERTA PARA VEÍCULO KIA BONGO DE FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 9UWSHX76ANN031364 - PLACA DRI5H83	31.08.2021
CARROCERIA ABERTA PARA VW 31.280 FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 953658261NR000566 - PLACA FVK 1D66	20.04.2021
JEEP COMPASS LIMITED ANO 2019/20 PRETA CHASSI 988675136LKJ94028 - PLACA GCB3624	13.11.2019
MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX BRANCA ANO 2020/21 - CHASSI 9BGCA8030MB174905 - PLACA FCK8B26	22.03.2021
MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX BRANCA ANO 2020/21 - CHASSI 9BGCA8030MB177730 - PLACA GCZ 9G57	05.04.2021
MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX BRANCA ANO 2020/21 - CHASSI 9BGCA8030MB174743 - PLACA GBC 6I62	17.03.2021
VEÍCULO CAMINHAO NOVO VW MOD 31.330E FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 9536Y8267NR003138 - PLACA ERA 8E38	15.04.2021
VEÍCULO CAMINHAO NOVO VW MOD 31.280 CRM FAB 2021 MOD 2022 CHASSI 953658261NR000566 - PLACA FVK 1D66	15.04.2021

VEÍCULO TRITON SPORT ANO 2019/20 CINZA CHASSI 93XHYKL1TLCK23801 - PLACA GGG7146	02.12.2019
BEBEDOURO INDUSTRIAL 50 LTS - BELFRIO	10.02.2021
4 APARELHOS DE AR-CONDICIONADO	17.03.2020
GELADEIRA ELECTROLUX 240 LITROS BRANCA MODELO RE31 220V	23.02.2022
CARRINHO COM ESQUI, ADAPTADOR.	01.12.2022
CELULA DE CARGA C-100T 20M	03.06.2022
CELULA DE CARGA C-50T 20M	24.06.2022
EQUIPAMENTO DE PERFURAÇÃO HILT DO BRASIL	30.11.2021
ESCAVADEIRA HIDRAULICA MOD PC 130-8 MARCA KOMATSU COR AMARELA PIN KMTPC202PMBB10964 ANO 2021	09.09.2021
GUIND 33 TM E4+3 - ESTAB EXT HIDR NF 13255 HYVA DO BRASIL	20.04.2021
IMPLEMENTO DE HIDROSSEMEADURA	22.10.2020
MISTURADOR DUPLO HORIZONTAL PARA CALDA CIMENTO	11.10.2022
PERFURATRIZ HIDRÁULICA C/ CENTRAL SOB SKI - NÚMERO DE SERIE2022/03/045 NF 40 USIMAQ EQUIPAMENTOS	08.04.2022
PERFURATRIZ YG-30 NÚMERO DE SERIE 30212 COM MOTOR ELETRICO 220V	Noticiou em 01.02.2021
REBOQUE PARA IMPLEMENTO DE HIDROSSEMEADURA	22.10.2020
VTEC-2000 - TANQUE REBOQUE HIDROSSEMEADURA	10.01.2022
BIT CIR-65 DIAM. 68 MM P/PERFURAÇÃO DE ROCHA	12.03.2021
BIT CIR-65 DIAM. 68 MM P/PERFURAO DE ROCHA	01.11.2019
FERRAMENTA MARTELO CIR 65 ACO BITS 70 CIR 65	27.12.2019
FERRAMENTA MARTELO PNEUMATICO CIR-65	01.11.2019
MARTELO PERFURADOR 1 SDS PLUS (U4146 123000004)	18.11.2021
OBTURADOR MECANICO 57" X 1000 MM	12.08.2020
OBTURADOR SIMPLES HIDR. 57MM	12.08.2020
PENEIRA ELÉTRICA ROTATIVA	16.11.2022
IMPRESSORA EPSON INKJET ECOTANK L3250	10.10.2022
IPHONE 11 PRO 512 GB CNZB EAN: 190199391215	22.12.2019
MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL DELL INSPIRON 15 7580 (CORE I7-8565U, TECLADO ILUMINADO, RAM 16GB, GEFORCE MX150, HDD 1TB, SSD 128GB, WIFI + BT, DISPLAY FHD, BAT. 3CEL, MCAFEE 12 MESES, WIN 10 HOME)	10.12.2019
MULTIFUNCIONAL EPSON L4260 C11CJ63302	06.12.2021
MULTIFUNCIONAL MEGA	18.10.2022

Ao que se tem conhecimento, para o mês de abril, os ativos aqui listados permanecem em posse da Recuperanda, em vista a fluência da proteção legal a que trata o artigo 6º, § 7º-A da Lei nº 11.101/05¹, uma vez que a

¹ Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

Recuperanda não relatou qualquer constrição, bem como confirmou ao que indagado pela Administradora.

Em 07 de maio de 2024, fls. 1705/1707, houve decisão judicial nos autos da Recuperação Judicial em que o juízo, provisoriamente, determina a suspensão dos atos de constrição em relação a dois veículos de posse da Recuperanda: **(i)** Kia/Bongo branco placa DRI5H83, e **(ii)** GM/Montana branca placa FCK8826. Pelo teor da decisão, entende-se que não é definitiva.

Em 22 de maio de 2024, de posse de documentação disponibilizada pela Recuperanda, a Administradora Judicial manifestou-se nos autos da Recuperação Judicial, vide fls. 1712/1718, acerca dos veículos tidos pelo juízo como ativos essenciais, ao que concluiu em sua manifestação: *“Os veículos, anteriormente, foram relacionadas pela Recuperanda como bens essenciais à atividade empresarial, em fl. 1.649 da recuperação judicial. Desta forma, quanto a estes veículos, a Administradora pode constatar que, de fato, são utilizados diretamente na atividade empresarial da Recuperanda, e uma vez que viabilizam a própria atividade, tem o caráter essencial”.*

Em que pese o parecer do Ministério Público em fls. 1735/1737, não houve emissão de parecer específico em relação aos veículos.

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

1.7. Principais Fornecedores e Clientes.

Em relação ao mês de abril de 2024 os principais tomadores dos serviços da Recuperanda, em referência às obras em andamento e as com recebimento parcelado, e ainda com base na emissão de notas fiscais e informações disponibilizadas à Administradora, conforme detalhamento adiante, são: **(i)** *REC 2019 VIII Empreendimentos e Participações S.A, inscrita no CNPJ nº 35.497.439/0001-56, e (ii) Construtora e Incorporadora Mottasul LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.857.972/0005-32.*

Quanto aos principais fornecedores da Recuperanda no mês de abril de 2024, identificam-se: **(i)** *Silva e Freitas Mat. Const. LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o nº 08.808.992/0001-90; (ii) Ezequiel Abreu Sobaranski, inscrito no CNPJ sob o nº 22.159.963/0001-75; (iii) Gilberto Gonçalves MORAIS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.027.090/0001-16; (iv) Naiara eo Carmo Santana Pinto, inscrita no CNPJ sob o nº 437.812.598-62; e (v) Kasa Karrifer Serviço em Aço LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.291.276/0001-90.*

2. ENDIVIDAMENTO.

2.1. Créditos sujeitos à Recuperação Judicial.

Atualmente, a Relação de Credores válida é a já publicada no diário oficial, nos termos do alude o § 2º do artigo 7º da Lei nº 11.101/05, retificada após a verificação dos créditos, o valor total sujeito à Recuperação Judicial é de R\$ 11.183.149,09 (onze milhões e cento e oitenta e três mil e cento e quarenta e nove reais e nove centavos), vejamos:

Segunda Relação de Credores Fls. 964/973 dos autos R\$ 11.183.149,09
Classe I (artigo 83, I da Lei nº 11.101/05) Trabalhistas – R\$ 625.137,04
Classe II (artigo 83, VI da Lei nº 11.101/05) Quirografários – R\$ 9.831.657,46 ME e EPP – R\$ 726.354,59

Importante ressaltar que ainda não concluídos todos os incidentes de Habilitação de Crédito e Impugnação de Crédito, em termos de prolação de sentença, tanto os tempestivos quanto os intempestivos.

A medida em que houver o julgamento destes incidentes, tal como já está ocorrendo, será apresentada aos autos da recuperação judicial a Relação de Credores com as devidas retificações, cuja relação atualizada contemplará às decisões proferidas nos incidentes, tal como citado acima.

Quanto à Classe Trabalhista, há pendência de definição judicial, nos autos principais da recuperação judicial, acerca dos créditos originários dos desligamentos de funcionários da Recuperanda, ocorridos após o pedido da Recuperação Judicial, e por este motivo diverge do entendimento expresso no artigo 49, *caput* da Lei nº 11.101/05. Haverá decisão judicial a respeito.

Entretanto, o juízo, como já se pronunciou nos autos da Habilitação de Crédito nº 1001845-07.2024.8.26.0100, reconhece a não sujeição do crédito trabalhista, em vista à constituição em data superveniente ao pedido da recuperação em juízo.

São os créditos trabalhistas sujeitos à pronunciamento judicial quanto à exclusão dos efeitos da recuperação judicial:

Identificação Credor	Valor do crédito
Juliana Alves dos Santos Nunes	R\$ 4.292,36
Francisco Jenilson da Conceição Pereira	R\$ 1.531,38
Fabiano Pereira da Silva	R\$ 8.383,15
Pedro Ferreira Dias	R\$ 307,08
Aelton Silva Lopes	R\$ 12.744,66
Daniel Alves Rodrigues	R\$ 9.232,19
Elizandro dos Santos Cruz	R\$ 8.420,22
Fabio Santos da Silva	R\$ 13.075,70
Leizerrames Nunes de Moraes	R\$ 10.874,81
Roberson Nobrega Augusto	R\$ 11.347,87
Rafael Cristino Santos	R\$ 9.124,20
Celso Zampieri Ribeiro	R\$ 7.182,61
Jocimar Batista dos Santos	R\$ 6.540,42
Euclides Ponciano	R\$ 21.921,29
João Batista de Albuquerque	R\$ 25.939,52
Beatriz Flores de Oliveira	R\$ 3.204,47
Rodrigo Gomes Santos	R\$ 34.909,35

Com a definição da questão nos autos principais da recuperação judicial, pela sujeição ou não dos créditos à novação recuperacional, também haverá possível modificação na Relação de Credores, para inclusão ou exclusão de alguns créditos.

2.2. Créditos não sujeitos à recuperação judicial.

Quanto ao endividamento da Recuperanda não sujeito à novação recuperacional, grosso modo, entende-se todo o crédito existente, não constante na Relação de Credores, ou, àqueles excluídos da relação.

Nesta categoria, a título exemplificativo, encontram-se as rescisões dos ex-funcionários ocorridas após o deferimento do pedido da recuperação judicial, os parcelamentos de débitos fiscais em andamento, o acordo realizado no distrato da locação do galpão, os débitos envolvidos nos bens objeto das ações judiciais que não integram os defeitos da recuperação judicial, débitos objeto dos pedidos das Habilitações de Crédito e Impugnações de Créditos ainda não julgadas, aqueles créditos julgados excluídos da recuperação judicial, os valores em cobro em ações judiciais autônomas, entre outros existentes.

Destes débitos não integrantes à recuperação judicial, a Administradora solicitou à Recuperanda a disponibilização de relação contendo informações como valores e lastro/origem, e desde o mês de maio aguarda pela disponibilização deste levantamento.

Quanto aos débitos dos parcelamentos fiscais, tem-se a seguinte posição para o mês de abril de 2024, veja-se:

TRIBUTOS	REFERÊNCIA	VALOR DA PARCELA	DATA DO REQUERIMENTO	QUANTIDADE PARCELAS	VALOR ENVOLVIDO
COFINS 12 2022	021100012003308297862320	R\$ 1.097,28	30.03.2023	60	R\$ 65.836,80
PIS COFINS 05 E 06 2023	02110001200644925202354	R\$ 725,45	01.08.2023	60	R\$ 43.527,00
PIS COFINS 10 2023	02110001200064021922454	R\$ 511,19	10.01.2024	40	R\$ 20.447,61

PIS COFINS 11 2023	02110001200261271542473	R\$ 513,50	30.01.2024	24	R\$ 12.324,00
PIS COFINS 12 2023	02110001200388349722488	R\$ 517,62	27.02.2024	28	R\$ 14.493,39
PIS COFINS 02 e 03 2024	02110001200592523892492	R\$ 502,17	09.05.2024	41	R\$ 20.589,27
IR retido na fonte 03 2024 (DARF PREV)	02110001200571266402401	R\$ 508,62	02.05.2024	30	R\$ 15.258,75
TOTAIS					R\$ 192.476,82

Em detrimento ao mês anterior, a Recuperanda firmou dois novos parcelamentos, o de nº 02110001200592523892492 PIS e COFINS de fevereiro e março de 2024, e o de nº 02110001200571266402401, referente a Imposto de Renda retido na fonte de março de 2024.

Quanto à posição atualizada do pagamento das parcelas, a Administradora aguarda o envio das informações.

Outrossim, dos incidentes de Habilitação de Crédito e Divergência de Crédito, podemos observar alguns créditos, por determinação judicial deste juízo universal, foram excluídos da recuperação judicial. Pontue-se que nem todos os casos transitaram em julgado, veja-se:

Natureza	Requerente	Titular do Crédito	Processo	Data julgamento	Valor do crédito
Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Anofre Alves Bastos	1001845-07.2024.8.26.0100	14.05.2024	R\$ 3.006,09
Impugnação de Crédito	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A	1006994-81.2024.8.26.0100	04.06.2024	R\$ 177.572,28

Por fim, nesta classe entram, também, os honorários da Administradora Judicial. Em que pese ainda não fixados, há proposta sujeita a apreciação, bem como decisão judicial autorizando o pagamento parcial.

3. COLABORADORES.

3.1. Histórico do número de empregados.

Para o mês de abril de 2024, a Recuperanda manteve seu quadro de funcionários com um total de 23 (vinte e três), pelo que se observou a promoção de desligamentos ou admissões, veja-se:

Funcionários	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Total	57	56	39	31	30	29	30	27	27	28	25	23	23
Trabalhando	48	30	20	23	17	22	20	20	20	19	17	17	17
Afastado acidente de trabalho	01	01	01	01	01	01	01	01	01	04	01	01	01
Doença	05	06	06	04	05	04	04	04	04	04	04	04	04
Desligados	01	17	10	01	05	-	03	-	01	03	02	-	-
Outros motivos de afastamento	02	02	02	02	02	02	02	02	01	01	-	-	01

Admissão	-	-	-	02	-	04	01	-	-	02	-	-	-
----------	---	---	---	----	---	----	----	---	---	----	---	---	---

3.2. Relação de Empregados, Prestadores de Serviço e Sócios (pró-labore).

Em análise à documentação mensal disponibilizada, a Administradora notou que há um colaborador que presta serviços de forma habitual à Recuperanda, e não faz parte do quadro de funcionários.

Desta forma, a Administradora Judicial solicitou à Recuperanda a disponibilização de informações acerca de todos os prestadores de serviços habituais que lhe prestam serviços, fora do regime celetista, ao que será reportado oportunamente.

No mais, os três sócios, Sr. André Giffoni de Albuquerque, Sr. Paulo Cesar Bueno, e Sra. Rosemeire Bossoni da Silva Fernandes, estão regularmente lançados em folha de pagamento quanto ao *pró-labore*.

3.3. Folha de Pagamento.

Para o mês de abril de 2023, os 23 (vinte e três) colaboradores ativos, refletem a folha de pagamento nos termos abaixo descrito, e há, por outro lado, a redução proporcional dos valores.

Folha de pagamento	
Abril de 2023	R\$ 143.520,60
Maio de 2023	R\$ 152.731,48

Junho de 2023	R\$ 96.023,27
Julho de 2023	R\$ 74.612,01
Agosto de 2023	R\$ 66.620,50
Setembro de 2023	R\$ 60.046,88
Outubro de 2023	R\$ 65.836,27
Novembro de 2023	R\$ 58.741,77
Dezembro de 2023	R\$ 107.685,45
Janeiro de 2024	R\$ 49.924,70
Fevereiro de 2024	R\$ 49.914,38
Março de 2024	R\$ 48.253,99
Abril de 2024	R\$ 46.770,91

Outrossim, há destacamento do pró-labore, a que representa a quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

4. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.

4.1. Balancete Mensal de abril de 2024.

A análise contábil a seguir foi elaborada de acordo com as informações que constam nos autos da recuperação judicial e informações que foram enviadas pela Recuperanda a esta Administradora, sem qualquer juízo de

auditoria, com a finalidade de provar a autenticidade dos números contábeis da empresa.

A seguir será demonstrado os saldos contábeis para análise deste relatório.

BALANCETE SINTÉTICO				
DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	DIFERENÇA	NOTAS EXPLICATIVAS
ATIVO	R\$ 3.309.865,40	R\$ 3.220.485,77	-R\$ 89.379,63	1
PASSIVO	-R\$ 3.598.314,19	-R\$ 3.641.202,17	-R\$ 42.887,98	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 6.557.380,62	-R\$ 6.557.380,62	R\$ 0,00	
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	R\$ 719.650,19	R\$ 933.770,06	R\$ 214.119,87	3
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	R\$ 431.201,40	R\$ 513.053,66	R\$ 81.852,26	4
CONTAS DE APURAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
CONTAS DEVEDORAS	-R\$ 4.029.515,59	-R\$ 4.154.255,83	-R\$ 124.740,24	
CONTAS CREDORAS	R\$ 2.527.865,03	R\$ 2.403.124,79	R\$ 124.740,24	
RESULTADO DO MÊS	R\$ 43.227,61	R\$ 132.267,61	R\$ 88.990,00	5
RESULTADO DO EXECÍCIO	R\$ 288.448,79	R\$ 420.716,40	R\$ 132.267,61	

4.1.1. Nota Explicativa 01.

As movimentações foram nas rubricas **CAIXA, CLIENTE, OUTROS CRÉDITOS e DEPRECIAÇÃO**, resultando em redução do montante de R\$ 89.379,63 (oitenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), composta por redução no valor em caixa; na rubrica clientes, houve pagamento e nova duplicada a receber da empresa REC 2019 VIII EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, bem como a quitação da duplicata da MATEC ENGENHARIA; houve redução na rubrica de adiantamento a fornecedor; e depreciação legal. Vale destacar que não houve alterações nos montantes investidos.

4.1.2. Nota Explicativa 02.

Registrou-se diminuição nas rubricas de FORNECEDORES e CONTAS A PAGAR, devido a quitação de alguns fornecedores; já na rubrica de OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, houve aumento no imposto COFINS e PIS; aumento nas obrigações tributárias trabalhistas e provisões.

4.1.3. Nota Explicativa 03.

Houve aumento nas despesas, devido obras em andamento, sendo que o valor foi que a Recuperanda teve de despesas R\$ 23.351,77 (vinte e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos), sendo as despesas nas rubricas DESP. SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA; DESP. COMBUSTÍVEIS VEÍCULOS E MÁQUINAS; BENS CONSUMO APLICADO EM SERVIÇOS; DESPESAS COM VIAGENS, COMBUSTÍVEL, ALIMENTAÇÃO E DIVERSOS EM SERVIÇOS; DESPESAS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALOJAMENTO DE OBRAS e REFEIÇÕES FUNCIONÁRIOS NAS OBRAS. Já em **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS; DESPESAS COM PESSOAL; IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, DESPESAS GERAIS E FINANCEIRAS**, houve um aumento dos serviços prestados, composta por despesa com funcionários com a obras com CNO, e despesas com condução; já no Impostos, teve despesas com IPTU, taxas e multa; **DESPESAS GERAIS**, em energia elétrica; gás e esgoto; telefone; seguros; honorários contábeis; serviços de terceiros pessoa jurídica; materiais de escritório; depreciação; despesas gerais; manutenção de bens e instalações; aluguel e condomínio; estacionamento e pedágio; manutenção de veículos; honorários advocatícios e despesas corporativas; **DESPESAS FINANCEIRAS**, composto por juros, encargos, tarifa bancária e juros sobre parcelamento tributário.

4.1.4. Nota Explicativa 04.

Em abril de 2024 houve um resultado positivo de R\$ 88.990,00 (oitenta e oito mil, novecentos e noventa reais). O valor de imposto a ser recolhido sobre a receita bruta é de R\$ 7.137,74 (sete mil, cento e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos), resultado em valor liquidado de R\$ 81.852,26 (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos).

4.1.5. Nota Explicativa 05.

O resultado do líquido mês de abril de 2024 foi positivo em R\$ 81.852,26 (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos), tendo em vista que o valor que foi recebido foi superior ao gasto mensal.

5. SITUAÇÃO OPERACIONAL.

Quanto ao desenvolvimento da atividade empresarial da Recuperanda, vale relembrar que para o mês de março de 2024, havia 02 (dois) contratos ativos, as quais encontravam-se paralisadas por motivo da não finalização dos trabalhos de terraplanagem, prejudicada a execução tempestiva por fatores climáticos desfavoráveis.

Entretanto, houve firmamento de novos contratos, pelo que passa a relatar adiante. Desta forma, a Administradora passa a relatar a posição atualizada dos 07 (sete) contratos a que firmou a recuperanda, e destes mantém alguns em andamento, senão vejamos:

- (i) **TAFT ENGENHARIA E ASSISTENCIA TÉCNICA EM COFRES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 40.106.611/0001-33. Contrato nº 0007/23.

Contrato firmado em 13.12.2023, tem como objeto a *"execução de serviços de construção civil para implantação de drenagem"* pela Recuperanda à Contratante. Os serviços serão prestados na obra localizada a Rod. Dep. Agostinho Patrus, Estrada para Monte Verde, Camanducaia/MG, CEP: 37.650-000.

O contrato prevê a execução dos trabalhos por 60 (sessenta) dias, com previsão de início para 08.01.2023, com possibilidade de prorrogação, em caso de acordo entre as partes.

Com cumprimento parcial dos serviços contratados, a obra continuou paralisada neste mês de março, pelo mesmo motivo, isto é, pendência de finalização da terraplenagem. No último mês a Recuperanda informou que a previsão de retomada dos trabalhos também é prevista para a nova revisão é para meados de junho de 2024, e que a equipe se encontrava a disposição para a iniciar os trabalhos.

A Administradora Judicial solicitou à Recuperanda atualizações acerca da execução e cumprimento do cronograma dos trabalhos, ao que será objeto de informação oportunamente, no próximo relatório.

- (ii) **TAFT ENGENHARIA E ASSISTENCIA TÉCNICA EM COFRES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 40.106.611/0001-33. Contrato nº 0001/24.

Contrato firmado em 04.03.2024, tem como objeto a *"execução de serviços de construção civil para implantação de canaleta"*. Os serviços serão

prestados na obra localizada a Rod. Dep. Agostinho Patrus, Estrada para Monte Verde Camanducaia/MG, CEP: 37650-000.

Contratualmente, o início dos trabalhos estava previsto para a data de 19.02.2024, com vigência de 60 (sessenta) dias, havendo a possibilidade de prorrogação por meio de aditivo contratual.

Com cumprimento parcial dos serviços contratados, a obra continuou paralisada neste mês de março, pelo mesmo motivo, isto é, pendência de finalização da terraplenagem. No último mês a Recuperanda informou que a previsão de retomada dos trabalhos também é prevista para a nova revisão é para meados de junho de 2024, e que a equipe se encontrava a disposição para a iniciar os trabalhos.

A Administradora Judicial solicitou à Recuperanda atualizações acerca da execução e cumprimento do cronograma dos trabalhos, ao que será reportado oportunamente.

(iii) **REC 2019 VIII EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 35.497.439/0001-56, interveniente MATEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 64.978.646/0001-20HSI SYSLOG CAJAMAR.

Contrato firmado em 01.03.2024, com o seguinte escopo de trabalho:
"Fornecimento de mão de obra e ferramentas para execução dos serviços de acabamento (instalação de grelhas, preenchimento base pilares, regularizar o terreno no fundo do G100 e aplicar brita 03, concretagem na base da galeria e vedação da mesma no fundo do G100, viga baldrame Deck Park, pequenos reparos no teto do Deck

Park e canaleta meia cana) no empreendimento Syslog Cajamar, sendo todo o material e orientação das atividades fornecidas pela CONTRATANTE, bem como apoio com retroescavadeira e plataforma elevatória. Os serviços deverão ser realizados conforme programação da obra."

A programação para execução dos trabalhos contratados está projetada, contratualmente para o início estimado em 01.03.2024, bem como o término estimado para 31.03.2024.

A Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações do cumprimento e execução dos trabalhos, isto é, do cumprimento do cronograma proposto em contrato, ao que será reportado oportunamente.

(iv) **REC 2019 VIII EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 35.497.439/0001-56, interveniente MATEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 64.978.646/0001-20 (HSI SYSLOG CAJAMAR).

Contrato firmado em 24.04.2024, com o seguinte escopo de trabalho:
"fornecimento de mão de obra e ferramentas para execução da recuperação de erosão no talude com área de aproximadamente 75m² (h=6,5m x v=11,5m) com aplicação de grampos cravados, grama e tela metálica no empreendimento Syslog Cajamar".

A execução dos trabalhos realizar-se-á n Av. Ribeirão dos Cristais, nº 2.170, Vila Nova, Cajamar/SP, CEP: 07750-000, Altura do KM36 da Via Anhanguera, sentido capital - onde será construído centro logístico.

A programação para execução dos trabalhos contratados está projetada, contratualmente para o início estimado em 29.04.2024, bem como o término estimado para 03.05.2024.

A Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações do cumprimento e execução dos trabalhos, isto é, do cumprimento do cronograma proposto em contrato, ao que será reportado oportunamente.

(v) **CONSTRUTORA MOTTASUL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.857.972/0005-32.

Contrato firmado em 16.04.2024, com o seguinte escopo de trabalho: *"a execução de estacas do muro de contenção na obra da Estrada do Prado da Via Mobilidade em Itapevi/SP, conforme proposta comercial GC-PC-032-2024-VER"*.

Contratualmente, a programação para mobilização ficou ajustada para 17.04.2024, isto é, a análise e preparação para o início efetivo dos trabalhos. Em termo de vigência, a previsão é de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado através de concordância entre as partes.

A Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações do cumprimento e execução dos trabalhos, isto é, do cumprimento do cronograma proposto em contrato, ao que será reportado oportunamente.

(vi) **VERSATIL ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.231.662/0001-84.

Contrato firmado em 28.02.2024, e em que pese a data de contratação, a Administradora Judicial o teve acesso no mês de maio de 2024.

Constitui o objeto do contrato: *"prestação de serviço para acompanhamento de pretensões de tirantes e emissões dos boletins de proteção com*

as informações de campo geradas pela executora das pretensões de tirantes, a empresa Versátil Engenharia, a qual é responsável pela execução do serviço [...]”.

A Recuperanda deverá acompanhar os trabalhos, de forma diária, ao que emitirá boletins confeccionados.

A Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações do cumprimento e execução dos trabalhos, isto é, do cumprimento do cronograma proposto em contrato, ao que será reportado oportunamente.

(vii) **TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.**, inscrita no CNPJ nº 62.570.320/0001-34.

Contrato firmado em 13.05.2024, com o seguinte objeto: “Execução de estacas do tipo raiz no diâmetro de 410mm e estacas do tipo Hélice Contínua no diâmetro 410mm, em quantidades unitárias e profundidade conforme os seguintes projetos: 1) R604-TNL-MFF-PE-003-FUND-R04; 2) R604-TNL-MFF-PE-004-FUND-R04; 3) R604-TNL-MFF-PE-005-FUND-R04”. O prazo de vigência é de 150 (cento e cinquenta) dias.

A Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações do cumprimento e execução dos trabalhos, isto é, do cumprimento do cronograma proposto em contrato, ao que será reportado oportunamente.

Adiante, em detrimento às atividades empresariais, a Recuperanda vem recolhendo os tributos de forma regular, vejamos a apuração do mês de abril:

Tributos Recolhidos em fevereiro	
PIS	R\$ 578,44
COFINS	R\$ 2.669,7

ISS	R\$ 3.889,70
INSS/IRRF	R\$ 20.055,54
FGTS	R\$ 3.910,37
GRRF	-
Total apurado	R\$ 31.103,75

5.1. Das Dificuldades Operacionais.

Em que pese, referente este tópico a Administradora questionou a Recuperanda acerca das atualizações dos trabalhos, ao que será reportado oportunamente.

6. QUESTÕES PROCESSUAIS.

6.1. Cronograma Processual.

A Administradora Judicial, em vista ao tramitar desta recuperação judicial, sugere cronograma processual. E à vista da ordem dos trabalhos e à medida em que identificada necessidade de alteração deste, disponibiliza o cronograma:

Status	Data	Evento	Lei 11.101/05
Concluído	07/03/2023 (fls. 01/254)	Ajuizamento do Pedido de Recuperação	
Concluído	15/03/2023 (fls. 255/280)	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III IV e V e § 1º
Concluído	17/03/2023 (fls. 261/262)	Publicação do deferimento no D.O.	
Concluído	30/03/2023 (fl. 445)	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º
Concluído	14/04/2023	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências tempestivas ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º
Concluído	15/05/2023 (fls. 652/751)	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da	art. 53

		recuperação)	
Concluído	15/12/2023 (Fl. 1222)	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
Pendente Certificação	19/02/2024	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
-	15/03/2023	Não havendo objeções ao PRJ, homologação	art.58
Concluído	15/12/2023 (Fl. 1.222)	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º
Pendente Certificação	29/01/2024	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
Pendente	14/06/2024	Havendo objeções ao PRJ, publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 36
Pendente	25/07/2024	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
Pendente	01/08/2024	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
Pendente	-	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
Pendente Certificação	-	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
Pendente	04/09/2024	Homologação do PRJ	art. 58
Pendente	15/03/2025	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61

6.2. Da síntese e da Atualização Processual da Recuperação Judicial.

A Recuperanda ingressou em juízo, em 07 de março de 2023, buscando o benefício da Recuperação judicial, cujo pedido restou deferido em 15 de março de 2023, decisão publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2023.

O Edital de Convocação de Credores, artigo 52, § 1º da Lei nº 11.101/05, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 31 de março de 2023, concedendo aos credores o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar à Administradora Judicial, de forma administrativa, pedido de Habilitação de Crédito ou Divergência de Crédito, em detrimento à relação de credores apresentada nos autos judiciais, pela Recuperanda.

O prazo para a apresentação de Habilitações de Crédito e Divergência de Crédito de forma administrativa, escoou, e por consequência, os pedidos supervenientes deverão ser direcionados aos autos falimentares, na forma do artigo 10 da Lei nº 11.101/05.

Em fls. 1.222 o “Edital de Relação de Credores e Aviso do Plano de Recuperação Judicial” foi disponibilizado no Diário Oficial em 14.12.2023, e publicado no dia 15.12.2023, sendo assim em 18.12.2023 deu início a abertura do prazo de 10 (dez) dias para apresentação de Impugnações à Relação de Credores, pelos interessados, a que trata o artigo 8º da Lei nº 11.101/05².

Concomitante à publicação do Edital, também iniciou em 18.12.2023 o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação, pelos interessados, a que trata o artigo 55 da Lei nº 11.101/05³.

Ambos os prazos já se esgotaram, em que pese ainda não haja certificação do decurso, nos autos.

² Art. 8º No prazo de 10 (dez) dias, contado da publicação da relação referida no art. 7º, § 2º, desta Lei, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público podem apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado.

³ Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei.

No que diz respeito a este tópico, é importante destacar que foram apresentadas objeções ao Plano de Recuperação Judicial, conforme registrado nas páginas 1271 a 1281, 1282 a 1290 e 1304 a 1311. Também se identificou a autuação, em apenso aos autos principais da recuperação judicial, pedidos de habilitação de Crédito e Divergência de Crédito.

A Administradora Judicial já se manifestou a respeito, e diante das objeções, a Recuperanda solicitou, em fl. 1.454 dos autos, bem como da viabilidade de convocação de Assembleia Geral de Credores nos termos do artigo 56 da Lei nº 11.101/05⁴.

Houve decisão judicial em 07 de maio de 2024 de convocação para realização da Assembleia Geral de Credores, cujas datas e horários deverão ser providenciadas pela Recuperanda, em conjunto com a Administradora Judicial.

A recuperanda, em 20.05.2024, sugeriu as seguintes datas para a realização: Primeira Convocação o dia 25 de julho de 2024 e para Segunda Convocação o dia 1º de agosto de 2024, ambas em ambiente virtual.

Em sequência, a Administradora Judicial, em fls. 1875/1848, apresentou ao juízo a minuta do Edital de Convocação de Assembleia Geral de Credores.

Em 19 de junho de 2024, através do ato ordinatório de fl. 1850 foi certificada a expedição, pela vara, do edital, ao que foi disponibilizado aos autos

4 Art. 56. Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembléia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação.

em fls. 1859/1861, assim denominado “EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES”. O edital foi publicado.

6.3. Das Providências Processuais Pendentes.

Uma vez publicado o “Edital de Relação de Credores e Aviso do Plano de Recuperação Judicial”, fls. 1204/1205 e 1222, houve a recepção dos pedidos, tempestivos e intempestivos, de Impugnação à Segunda Relação de Credores, Habilitações de Crédito, e Objeção ao Plano de Recuperação Judicial. Os incidentes estão tendo regular andamento e definição dos créditos em discussão.

Está submetida a apreciação judicial e definição a questão da manutenção na recuperação judicial, dos créditos trabalhistas com fato gerador após o pedido desta. O juízo determinou ciência aos credores e ao Ministério Público.

Em última vista, o Ministério Público, em parecer de fls. 1735/1737, opinou pela instauração de incidente próprio, em apartado dos autos da recuperação judicial: *“se afigura adequado, para evitar tumulto processual, que se instaure incidente à parte para tanto”*. A questão deve ser apreciada, oportunamente, pelo juízo.

Adiante, quanto à Assembleia Geral de Credores, esta ocorrerá em modo virtual, sendo a primeira convocação no dia 25 de julho de 2024 e para 01 de agosto de 2024 segunda convocação.

O horário do credenciamento dos credores, para ambas as convocações, será no período das 09:00hs às 09:45hs. Em sequência será, efetivamente, iniciada a assembleia para fins de deliberação da seguinte pauta: **(i)**

aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial; **(ii)** constituição de comitê de credores; e **(iii)** outros assuntos de interesse dos credores.

O edital de fls. 1859/1861 foi publicado no diário oficial da União, ao passo em que será realizada a A.G.C nas datas assim designadas.

Outrossim, estão pendentes de julgamento alguns incidentes de Impugnação de Crédito e Habilitação de Crédito, ao que melhor é retratado no item 7.2 deste relatório.

7. OUTROS FATORES RELEVANTES A RELATAR.

7.1. Das demandas judiciais relevantes em que a Recuperanda figura como parte.

Após o deferimento da recuperação judicial, pode-se observar o ajuizamento de algumas demandas em face à Recuperanda, das quais vale citar:

- **Autos nº 1049048-96.2023.8.26.0100** - Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial com pedido Cautelar de Arresto, distribuída em 25.07.2023, em tramite perante a 25ª Vara Cível deste Foro. Ajuizada pelo BANCO SAFRA S/A, o qual visa a percepção da importância de R\$ 280.668,42 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), e como medida cautelar pleiteia que *"seja deferido o arresto cautelar de ativos financeiros existentes em nome das pessoas físicas Executadas, via convênio Sisbajud"*.

Em decisão proferida em 07.08.2023 aquele juízo indeferiu o pedido cautelar requerido, eis que não havia, ainda, citação válida da Recuperanda.

Citada, a Recuperanda já se manifestou nos autos quanto à suspensão, ao que foi aberta vista à parte Exequente, a qual manifestou-se em argumentação à legalidade da tramitação da demanda.

Autos aguardam apreciação judicial.

- **Autos nº 1020583-77.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido Liminar, distribuída em 23.10.2023, em tramite perante a 06ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada pelo Banco Bradesco S.A, o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado "Kia Modelo Kongo K 2500 STD 2.5 TB-IC cor Branca Ano/Fabr 2021 Ano/Mod 2022 Chassi 9UWSHX76ANN031364" ante ao inadimplemento da quantia de R\$ 31.699,89 (trinta e um mil seiscientos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos) para 28.07.2023. Além dos demais requerimentos, sucessivamente, o banco pleiteia a *"expedição de ofícios às instituições financeiras, via BACENJUD, em nome do financiado, objetivando a realização de pesquisas de ativos em conta corrente, poupança e demais aplicações, em caso de conversão da ação em execução"*.

Em 09.11.2023 fora deferida o pedido liminar requerida, isto é, para buscar e apreender o veículo. Em 16.11.2023 fora expedido o mandado à fim de cumprir a liminar.

Da decisão, houve interposição de Agravo de Instrumento pela Recuperanda, e em 15.12.2023 houve decisão de suspensão a ordem de busca e apreensão.

Em 19 de fevereiro de 2024, houve decisão nos autos da Recuperação Judicial, cuja oportunidade o juízo determinou a suspensão dos atos de constrição ao Kia/Bongo, cor branca, 2022/2023, placas DRI5H83, em vista à essencialidade deste. A decisão já foi apresentada a esta demanda, pela Recuperanda.

Em 14 de março de 2024 houve despacho reconhecendo o acórdão do recurso interposto pela Recuperanda quanto à busca e apreensão do bem: *"Vistos. Fls. 184/195: ciência às partes do teor do Acórdão que deu provimento ao recurso interposto pela requerida, revogando a liminar de apreensão do veículo até ulterior ordem do Juízo da recuperação. Int"*.

Autos aguardando movimentação pelo interessado.

- **Autos nº 1020584-62.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido Liminar, distribuída em 20.10.2023, em tramite perante a 02ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada pelo Banco Bradesco S.A, o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado "Fiat Argo 1.0 GV FIREFLY 49 cor Branca Ano/Fabr 2021 Ano/Mod 2022 Chassi 980358ANNYL43839", ante o inadimplemento da quantia de R\$ 16.584,08 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) para 28/07/2023. Além dos demais requerimentos, sucessivamente, o banco pleiteia a *"expedição de ofícios às instituições financeiras, via BACENJUD, em nome do financiado, objetivando a realização de*

pesquisas de ativos em conta corrente, poupança e demais aplicações, em caso de conversão da ação em execução".

Em 18.12.2023 houve decisão de deferimento da liminar pleiteada, e houve expedição de mandado para cumprimento.

Em 12.01.2023 a Recuperanda obteve êxito em sobrestar os autos para constituir prova da essencialidade do bem, conforme decisão: *"Acolho os embargos declaratórios interpostos pela requerida (fls.147-149). Cabe ao juízo da recuperação aferir a essencialidade do bem à atividade empresarial da fiduciante (ST), REsp 1.660.893-MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, j. 8.8.17). Posto isso, suspendo o cumprimento da decisão de fl. 142 por 30 dias para a requerida diligenciar e comprovar a deliberação judicial. Se o prazo transcorrer "in albis", prossiga-se no ato."*

Em sequência, foi juntado aos autos Certidão de Oficial de Justiça quanto à execução do mandado de busca e apreensão já expedido, a certidão é datada de 10 de março de 2024: *"CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº003.2023/027901-9 dirigi-me ao endereço: Av. Diederichsen, 1100, e aí sendo DEIXEI DE APREENDER o bem descrito no mandado, pois não pude encontrá-lo no local, nem nas imediações. Segundo informaram os funcionários do condomínio a Ré tem escritório, mas o veículo objeto do mandado não fica na garagem do edifício. Assim sendo, devolvo o presente mandado para os devidos fins. Sem mais".*

Em 10 de junho de 2024 o Exequente requereu a realização de pesquisas RENAJUD e SISBAJUD para obtenção de novos endereços.

- **Autos nº 1049208-24.2023.8.26.0100** – Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial Por Quantia Certa com Pedido Cautelar de Arresto, distribuída em 24.08.2023, em tramite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada pelo Banco Safra S/A, qual visa o recebimento da quantia de R\$ 218.731,15 (duzentos e dezoito mil, setecentos e trinta e um reais e quinze centavos). Pleiteia também medida *“arresto cautelar de ativos financeiros existentes em nome dos Executados, via convênio Sisbajud, até o limite do débito atualizado”* e *“arresto cautelar dos imóveis listados no tópico “VI”*.

Em 25.08.2023 fora proferida decisão indeferindo a medida liminar pleiteada.

Citada, a Recuperanda se manifestou nos autos. Houve vistas ao Ministério Público, entretanto este entendeu pela impertinência de intervenção nos autos. Após, houve abertura de vistas à parte Exequente, a qual requereu a apreciação da manifestação protocolada em sigilo nos autos. Apresentou planilha de débitos atualizada para 13.04.2024, no valor de R\$ 181.591,82 (cento e oitenta e um mil quinhentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos).

Autos aguardando apreciação judicial.

- **Autos nº 1053048-42.2023.8.26.0100** - Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial Por Quantia Certa com Pedido Cautelar de Arresto, distribuída em 22.08.2023 em tramite perante a 4ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada pelo Banco Safra S/A, qual visa o recebimento da quantia de R\$ 260.425,89 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos). Pleiteia também medida *“arresto*

cautelar de ativos financeiros existentes em nome dos Executados, via convênio Sisbajud, até o limite do débito” e “arresto cautelar dos imóveis listados no tópico “VI”.

Em 22.08.2023 fora proferida decisão indeferindo a medida liminar pleiteada. Em vista à recuperação judicial, aquele juízo suspendeu, por hora, a Execução em face à Recuperanda, permanecendo em face às pessoas físicas. Os autos encontram-se em fase de citação.

Diante do prosseguimento da demanda em face da pessoa física dos sócios, a Recuperanda restou afetada por bloqueio em sua conta bancária. Arguida impenhorabilidade, houve decisão judicial em 23 de janeiro de 2023 concedendo o desbloqueio: “298/299: Assiste razão ao executado. *Desbloqueio realizado, conforme "print" que segue*”.

Outrossim, a execução segue em desfavor dos sócios.

Em 12 de março de 2024 o Exequente informa ao juízo que será realizado leilão no Processo nº 1020785-54.2023.8.26.0003 em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Jabaquara/SP, do bem descrito como: direitos sobre o Imóvel Da Matrícula nº 42.902 do Cartório de Registro de Imóveis Da Comarca Do Guarujá/SP, cuja propriedade é do sócio, Sr. André. O 1º Leilão terá início no dia 27/03/2024 às 14:30 h e se encerrará dia 01/04/2024 às 14:30 h, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, que terá início no dia 01/04/2024 às 14:31 h e se encerrará no dia 23/04/2024 às 14:30 h, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% do valor da avaliação.

Em 25 de março de 2023 a parte Exequente requereu a *"penhora no rosto dos autos nº 1020785-54.2023.8.26.0003, a fim de permitir a habilitação do Banco Safra no referido processo, na qualidade de terceiro interessado, para verificar e acompanhar as informações relativas ao imóvel de matrícula nº 42.902, sobre o qual possui interesse"*.

Em 13.05.2024 junta aos autos memória de cálculos atualizada para 09.05.2024 no valor de R\$ 362.945,28.

Em 24.06.2024 houve o deferimento do pedido da penhora: *"Defiro a penhora no rosto. Expeça-se ofício dirigido ao MM. Juiz da 2ª Vara (fls. 354/355), solicitando que sejam transferidos para conta vinculada a este processo valores até o limite de R\$ 409.099,46 (fls. 380). Esta decisão valerá como ofício, devendo o exequente imprimir este decisum, instruí-lo com as cópias necessárias e comprovar protocolo na Vara Cível"*.

- **Autos nº 1020582-92.2023.8.26.0003** – Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido Liminar, distribuída em 10.08.2023, em tramite perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada pelo Banco Bradesco S.A, o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado "MITSUBISHI L-200 CD TRITON SPORT HPE 4X4 CINZA 2019/2020 Chassi 93XHYKL1TLCK23801 Placa 6667146" e "JEEP COMPASS LIMIED DIESEL PRETA 2019/2020 Chassi 988675136LKJ94028 Placa GCB3624" ante o inadimplemento da quantia de R\$ 88.804,99 (oitenta e oito mil oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos) para 28/07/2023. Sucessivamente, o banco pleiteia a *"expedição de ofícios às instituições financeiras, via BACENJUD, em nome do financiado, objetivando a*

realização de pesquisas de ativos em conta corrente, poupança e demais aplicações, em caso de conversão da ação em execução”.

Em 12.09.2023 o juízo decidiu pela suspensão da demanda: *“Portanto, ao menos até que o juízo da recuperação judicial se pronuncie a respeito da matéria ou então até que se alcance o término do stay period, o caso exige a suspensão da presente ação de busca e apreensão. Anote-se”.*

Houve embargos de declaração pelo Exequente, os quais foram rejeitados. Houve, em junho, certificação do decurso de prazo, sem manifestação do interessado.

- **Autos nº 1017625-21.2023.8.26.0003** – Trata-se de ação de Execução Por Quantia Certa, distribuída em 13.07.2023, em tramite perante a 2ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Comep Indústria e Comércio LTDA., o qual reclama o pagamento da quantia de R\$ 71.740,71 (setenta e um mil setecentos e quarenta reais e setenta e um centavos).

Devidamente citada, a Recuperanda manifestou-se nos autos.

Em 09 de agosto de 2023 houve a seguinte decisão: *“Fls. 47: aguarde-se pelo prazo de 30 dias. No mais, se não houver manifestação, aguarde-se, desde logo, provocação no arquivo, permanecendo suspensa a execução, nos termos do artigo 921, III, do CPC, fazendo-se as anotações pertinentes. Intime-se”.*

Os autos aguardam prosseguimento pelo interessado, e já certificado o decurso do prazo sem manifestação.

- **Autos nº 1013497-55.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão, distribuída em 27.06.2023, em tramite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado "VEÍCULO MARCA GM - CHEVROLET, MODELO MONTANA LS 1.4ECONO, CHASSI: 9BGCA8030MB174743, PLACA GBC6I62, RENAAM01257882314, COR BRANCA, ANO 20/21, MOVIDO À BICOMBUSTIVEL", em vista ao inadimplemento da quantia de R\$ 21.954,33 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos).

Em 20.07.2023 os autos foram suspensos em vista ao tramite da recuperação judicial. Em 05.02.2024 houve nova decisão judicial suspendendo o feito por 180 (cento e oitenta) dias.

Em 02 de fevereiro de 2024 houve decisão deferindo nova suspensão do feito: *"Defiro o novo pedido de suspensão do feito, nos termos do art. 313, II, do CPC, pelo prazo de 180 dias, devendo a parte autora, ao final do prazo, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção"*.

Autos permanecem suspensos.

- **Autos nº 1013131-16.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido de Liminar, distribuída em 13.06.2023, em tramite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Itaú Unibanco Holding S.A., o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado "Volkswagem Modelo: 31.280 Ano/Fabricação: 2021 Cor Branca Chassi: 953658261NR000566 Placa: FVK1D66 Renavam:

01264905146", em vista ao inadimplemento da quantia de R\$ 535.127,57 (quinhentos e trinta e cinco mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) para 06.05.2023.

Após requerimento da Recuperanda, em 29.08.2023 houve decisão suspendendo a demanda.

Em 09.04.2024 houve a seguinte decisão: *"Fls. 139:A suspensão de 180 dias prevista pelo art. 6º, §4º da Lei 11.101/05 ("stay period") já se encerrou, conforme se vê a fls. 136.Ademais, não é o caso de suspensão da demanda, uma vez que o crédito perseguidor presente apresenta natureza extraconcursal, conforme disposto no art. 49, § 3º da Lei nº11.101/2005.Considerando que a mora está comprovada, DEFIRO a medida postulada pelo autor. Após complementadas as despesas de diligência do Oficial de Justiça, expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem indicado na inicial com quem o requerente indicar. Intimem-se".*

Em 10.04.2024 a Recuperanda manifestou-se requerendo a continuidade da suspensão do feito, em vista a prorrogação do *stay period*.

O pedido da Recuperanda ainda não foi apreciado.

- **Autos nº 1051883-57.2023.8.26.0100** – Trata-se de Ação monitória, distribuída em 12.06.2023, em tramite perante a 5ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Banco Safra S/A, em cobrança ao valor de R\$ 122.192,37 (cento e vinte e dois mil, cento e noventa e dois reais e trinta e sete centavos) em razão do instrumento "Proposta de Abertura de Conta Corrente e Contratação de Produtos e Serviços – Pessoa Jurídica". Citação efetivada, apresentados Embargos Monitórios.

Em 18.09.2023 houve prolação de sentença: *“Ante o exposto, REJEITO os embargos monitórios e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na presente ação para constituir o título executivo judicial no valor de R\$122.192,37, com correção monetária pela Tabela Prática do E. TJ/SP, a contar da data do ajuizamento e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Em razão da sucumbência, arcará aparte embargante com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade de justiça. Fixo a proporção de 50% de honorários, na forma do artigo 87 do CPC”.*

Em face à interposição do recurso de apelação, a qual teve o provimento negado em 23.05.2024.

- **Autos nº 1013130-31.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido de Liminar, distribuída em 26.05.2023, em tramite perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Itaú Unibanco Holding S.A., o qual visa a busca e a apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado “Volkswagem Modelo: 31.330 CONSTELLATI Ano Fabricação: 2021 Cor: BRANCA Chassi: 9536Y8267NR003138 Placa: ERA8E38 RENAAM: 0126490520” em vista ao inadimplemento da quantia de R\$ 421.127,66 (quatrocentos e vinte e um mil cento e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) para 06.05.2023.

Em 21.08.2023 houve decisão deferindo a liminar, entretanto após manifestação da Recuperanda, houve decisão judicial que reconheceu a essencialidade do bem na recuperação judicial: *“Assim, considerando que o veículo Volkswagen 31.330CONSTELLATI, BASCULANTE - MARCA: RODOTEC - CAPACIDADE: 12M*

-NRO.SERIE: SPCP9102120M05709, garantidor da alienação fiduciária no contrato celebrado entre as partes, compõe como bem essencial à atividade empresarial da requerida, está impedido de ser alienado ou retirado do estabelecimento da empresa ré durante o período de recuperação judicial, de sorte que, não poderá haver a busca e apreensão do bem”.

Em 18.03.2024 a Recuperanda informou ao juízo que houve a prorrogação do *stay period*, e em 20.03.2024 o juízo determinou a intimação da parte Autora para informar se houve o encerramento da recuperação judicial.

Em 09.05.2024 houve prolação de sentença: *“Em razão do exposto, julgo EXTINTA a ação, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas iniciais, já desembolsadas. Condono a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte requerida, fixados em 10% sobre o valor da causa”.*

Em 20.05.2024 houve Embargo de Declaração do Requerente quanto aos honorários sucumbenciais.

Em 27.06.2024 o Sr. Andre Giffoni de Albuquerque, sócio da Recuperanda, informou nos autos da realização de celebração de acordo com o Requerente, no valor de R\$ 227.841,11.

- **Autos nº 1012749-23.2023.8.26.0003** - Trata-se de ação de Busca e Apreensão com Pedido de Liminar, distribuída em 23.05.2023, em tramite perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, o qual visa a busca e a

apreensão do bem que lhe foi fiduciariamente alienado “GM -CHEVROLET MONTANA LS 1.4 ECONO GASOLINA 2020/2021 Cor Branca Placa FCK8B26 Chassi 9BGCA8030MB174905 Renavam 001258733193”, em razão do inadimplemento da quantia de R\$ 21.904,03 (vinte e um mil novecentos e quatro reais e três centavos).

Em 24.05.2023 houve deferimento do pedido liminar de busca e apreensão do bem. E que pese a alegação da Recuperanda, aquele juízo decidiu pela manutenção da decisão.

A Recuperada encontra-se citada e já se manifestou nos autos.

Houve expedição de mandado de busca e apreensão do bem, entretanto não houve efetiva apreensão do bem. Autos aguardando movimento pela parte interessada.

Em 08 de março de 2023 houve pedido da parte Autora para expedição do mandado de busca e apreensão em caráter de urgência, o que foi deferido pelo juízo em 12.03.2024.

Houve juntada do acordão que negou provimento ao Agravo de Instrumento da Recuperanda, com provimento negado, mantendo a decisão de primeiro grau, que autorizou a busca e apreensão do bem.

Em 11 de junho de 2024 o Requerente manifestou pelo desinteresse na ação, requerendo a extinção, e em 13 de junho de 2024 houve prolação de sentença de extinção.

- **Autos nº 1010881-10.2023.8.26.0003** – Trata-se de ação de Execução de Título Extrajudicial, distribuída em 04.05.2023, em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro Regional Jabaquara. Ajuizada por Industria e Comercio de Colchões Terra Ltda., e busca a percepção da quantia de R\$ 3.373,25 (três mil trezentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Após requerimento da Recuperanda, em 16.05.2023 houve decisão suspendendo a demanda: *"Dou a executada por citada. Recolha-se o mandado. O processamento da recuperação judicial implica a suspensão da execução (Lei nº 11.101/05, art. 52, inc. III), exceto em relação aos avalistas ou devedores solidários (STJ, Súm. 581). Observo que "o art. 49 da Lei nº11.101/2005 ao fazer referência a 'todos os créditos existentes na data do pedido', diz respeito àquelas situações essencialmente originadas antes do deferimento da recuperação judicial, quer dizer, débitos contraídos pela empresa antes da sua reconhecida condição de fragilidade." (STJ, REsp 1.641.191-RS, Rel.Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 13.6.17). Posto isso, aguarde-se na forma concedida pelo juízo universal. Arquivem-se provisoriamente".*

Em 15.06.2024 houve juntada de certidão de Oficial de Justiça com cumprimento positivo em relação à citação.

7.2. Dos incidentes de Habilitações de Crédito e Impugnações de Crédito Judiciais.

Quanto aos incidentes de Habilitação de Crédito/Divergência de Crédito, até o presente momento, somam um total de 32 (trinta e dois). Deste total, 08 (oito) foram propostas por interessados a que intitulam Credores da Recuperanda.

Em detrimento ao último relatório, identificou-se o ajuizamento de dois novos incidentes, quais segam: **(i)** autos de Impugnação de Crédito nº 1092269-95.2024.8.26.0100 ; e **(ii)** autos de Habilitação de Crédito nº 1092340-97.2024.8.26.0100.

Passemos à posição atualizada destes incidentes:

Quant.	Natureza	Requerente	Titular do Crédito	Ação	Distribuição	Decisão
01	Habilitação de Crédito	Fernando Benício da Silva	Fernando Benício da Silva, CPF nº 59433393-88	1148724-17.2023.8.26.0100	23.10.2023	-
02	Habilitação de Crédito	Euclides Ponciano Carneiro	Euclides Ponciano Carneiro, CPF nº 016.446.991-50	1170188-97.2023.8.26.0100	01.12.2023	07.05.2024 (fls. 30)
03	Impugnação de Crédito	Banco Itaú Card S. A	Banco Itaú Card S. A, CNPJ nº 17.192.451/0001-70	1183912-71.2023.8.26.0100	22.12.2023	-
04	Impugnação de Crédito	Banco Santander S. A	Banco Santander S. A, CNPJ nº 90.400.888/0001-42	1184700-85.2023.8.26.0100	27.12.2023	-
05	Impugnação de Crédito	Banco Safra S. A	Banco Safra S. A, CNPJ nº 8.160.789/0001-2	1185157-20.2023.8.26.0100	28.12.2023	-
06	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Alex Sandro Silvino Bezerra, CPF nº 397.567.968-98	1001695-26.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
07	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Luan Correa de Oliveira, CPF nº 470.955.658-05	1001703-03.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
08	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Raugreique dos Reis Bezerra dos Santos, CPF nº 069.504.154-19	1001699-63.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
09	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Vilma Goncalves Rodrigues de Souza, CPF nº 143.834.218-73	1001733-38.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
10	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Antônio Reis de Carvalho, CPF nº 020.793.153-40	1001723-91.2024.8.26.0100	09.01.2024	-

11	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Araidio Leandro dos Santos, CPF nº 034.362.156-86	1001740-30.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
12	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	João Antônio Francisco Nobrega, CPF nº 353.526.828-11	1001712-62.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
13	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Denis Rodrigues da Silva, CPF nº 468.508.038-67	1001717-84.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
14	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Joao Mirailson Campos Oliveira, CPF nº 040.372.813-41	1001780-12.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
15	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Emerson da Silva, CPF nº 286.472.528-29	1001773-20.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
16	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Ednaldo dos Santos, CPF nº 442.551.105-06	1001759-36.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
17	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	José Cicero Cabral Inacio, CPF nº 265.041.218-69	1001746-37.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
18	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Ramon Nobrega da Silva, CPF nº 446.524.318-99	1001752-44.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
19	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Antonio Junior Lucio, CPF nº 863.478.963-20	1001788-86.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
20	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Francisco Marcelino da Silva, CPF nº 041.664.753-71	1001824-31.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
21	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Thiago Camargo Marcelino, CPF nº 389.540.118-88	1001816-54.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
22	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e		1001813-02.2024.8.26.0100	09.01.2024	-

		Engenharia LTDA	Jose Nilton Araujo Lima, CPF nº 061.850.463-00			
23	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Lucas Ferreira da Silva, CPF nº 070.654.993-75	1001833-90.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
24	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Anofre Alves Bastos, CPF nº 051.247.283-10	1001845-07.2024.8.26.0100	09.01.2024	14.05.2024
25	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Izaias Kelyson Morais, CPF nº 128.108.624-00	1001841-67.2024.8.26.0100	09.01.2024	-
26	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Fernanda Aparecida da Silva, CPF nº 408.669.888-90	1002470-41.2024.8.26.0100	10.01.2024	-
27	Habilitação de Crédito	Banco Komatsu do Brasil S/A	Banco Komatsu do Brasil S/A, CNPJ nº 23.903.068/0001-86	1004248-46.2024.8.26.0100	15.01.2024	-
28	Habilitação de Crédito	Djair Amorim Silva	Djair Amorim Silva, CPF nº 078.699.903-96	1005919-07.2024.8.26.0100	18.01.2024	-
29	Impugnação de Crédito	Banco do Brasil S/A	Banco do Brasil S/A, CNPJ nº 06.043.050/0001-32	1006994-81.2024.8.26.0100	19.01.2024	04.06.2024
30	Habilitação de Crédito	Gerenconsult Geotecnia e Engenharia LTDA	Paulo Sergio de Souza, CPF nº 580.594.818-43	1031126-08.2024.8.26.0100	04.03.2024	-
31	Impugnação de Crédito	Czloc Locação de Equipamentos para Construção Civil Ltda	Czloc Locação de Equipamentos para Construção Civil Ltda, CNPJ nº 14.108.727/0001-00	1092269-95.2024.8.26.0100	14.06.2024	-
32	Habilitação de Crédito	Conceito Locadora Ltda	Conceito Locadora Ltda, CNPJ nº 20.425.570/0006-4	1092340-97.2024.8.26.0100	14.06.2024	-

01 - Autos nº 1148724-17.2023.8.26.0100 - Habilitação de Crédito: demanda fora distribuída em 23.10.2023, por Fernando Benicio da Silva o qual pleiteia a habilitação do crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), originário de

Certidão para Habilitação de Crédito emitida nos autos nº 0016214-76.2023.5.16.00. O crédito é de ordem trabalhista.

Autos em tramite regular, já houve manifestação da Administradora Judicial, que em fls. 11/17 manifestou-se: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial sugere a Vossa Excelência: a) Por força do artigo 10 da Lei nº 11.101/05 o recebimento e o processamento deste como Impugnação de Crédito; b) A intimação do Impugnante, para que em 15 (quize) dias, para informar se pretende continuar a presente habilitação como impugnação e por fim que seja comprovado o recolhimento das custas judiciais ou ainda requeira e comprove a impossibilidade, acompanhada do pedido de gratuidade judiciaria, sob pena de indeferimento da petição inicial".*

Em fl. 23 a Recuperanda não manifestou óbice ao deferimento do pleito.

Em 12.05.2024, fls. 26/30 há manifestação do Credor Impugnado: *"Diante do exposto, conclui-se que o requerente detém um crédito trabalhista legítimo em relação à empresa em recuperação judicial. Tal crédito, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), foi devidamente documentado através da Certidão para Habilitação de Crédito nos autos nº 0016214-76.2023.5.16.0006, em trâmite na Vara do Trabalho da Comarca de Chapadinha - MA".*

Autos aguardam julgamento do pedido.

02 - Autos nº 1170188-97.2023.8.26.0100 - Habilitação de Crédito: demanda distribuída em 01.12.2023, por Euclides Ponciano Carneiro o qual pleiteia a habilitação do crédito no valor de R\$ 24.113,42 (vinte e quatro mil cento e treze

reais e quarenta e dois centavos), originário de crédito constituído nos autos da reclamação trabalhista nº 0000552-47.2023.5.10.0812, 2ª Vara do Trabalho de Araguaína - TO.

Autos em fase inicial e em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 18/24: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial sugere a Vossa Excelência: a) A intimação do Habilitante, para que em 15 (quine) dias, promova a regularização da representação processual, bem como, informar se pretende continuar a presente habilitação como impugnação e por fim que seja comprovado o recolhimento das custas judiciais ou ainda requeira e comprove a impossibilidade, acompanhada do pedido de gratuidade judiciaria, sob pena de indeferimento da petição inicial; b) Vistas ao Ministério Público".*

O Credor, Sr. Euclides Ponciano Carneiro já manifestou-se nos autos em fls. 27/29 pela procedência do pedido.

Em 01.04.2024, fl. 30, houve decisão judicial: *"Vistos. Trata-se de habilitação de crédito trabalhista ajuizada por Euclides Ponciano Carneiro e outro em face de Gerenconsult Geotecnia e Engenharia Ltda. Da análise dos autos, constata-se a existência do crédito, originário de sentença proferida na Justiça do Trabalho. Conforme manifestação da administradora, o crédito pleiteado pelo habilitante já se encontra arrolado na relação de credores. Quanto ao crédito de seu patrono, não se opôs o habilitante ao parecer da administradora judicial. Isto posto, inclui-se no Quadro Geral de Credores, o crédito trabalhista, no valor de R\$ 2.192,13 (dois mil cento e noventa e dois reais e treze centavos), em favor do patrono, Dr. Marcelo Carvalho da Silva. Oportunamente, arquivem-se".*

Após a decisão, houve Agravo de Instrumento pelo Ministério Público, bem como Embargos de Declaração da Administradora, ambos quanto à natureza do crédito dos honorários advocatícios, quanto à regra posta no artigo 49 da Lei nº 11.101/05.

Os autos aguardam apreciação dos embargos de declaração.

03 - Autos nº 1183912-71.2023.8.26.0100 - Impugnação de Crédito: demanda distribuída em 22.12.2023, por Banco Itaú Card S. A. Alega o Requerente erroneamente fora arrolado como Credor da Recuperanda e atribuído o crédito na quantia de R\$1.098.318,56 (um milhão noventa e oito mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), sendo assim pleiteia a exclusão do valor da Relação de Credores, uma vez que entende pela não sujeição do crédito aos efeitos da recuperação judicial.

Autos em tramite regular, já houve manifestação da Administradora Judicial, em fls. 32/39: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial conclui que a) Nos termos da fundamentação, esta Administradora Judicial não vislumbra a exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial dos contratos referentes às CCB's envolvendo a Proposta nº 84862595, Negociação nº 0003 e a Proposta nº 84862595, Negociação nº 0004, portanto comprovado o cumprimento da averbação dos contratos de garantia no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor, portanto não se tratar do caso previsto no § 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/05. Sendo assim, não prospera a exclusão do valor do crédito do Requerente, na Relação de Credores na classe quirografária; b) Por fim, requer a abertura de vistas ao Ministério Público e à Recuperanda"*

Em fl. 46, a Recuperanda manifestou-se em concordância com a Administradora Judicial. Em fls. 48/51 a Administradora manteve o entendimento. Autos aguardam decisão judicial.

04 - Autos nº 1184700-85.2023.8.26.0100 - Impugnação de Crédito: demanda distribuída em 27.12.2023, por Banco Santander S. A, o qual pleiteia: "(i) Excluir os valores relacionados na Recuperação Judicial referente aos contratos garantidos por Alienação Fiduciária, conforme relacionados no Item 4.1, com base no art.49, § 3º da LRF e, conseqüentemente, retirar o Aymoré do Quadro Geral de Credores; (ii) Por fim, retificar o crédito do Banco Santander, na Classe III – quirografário, referente às operações relacionadas no Item 5.1. para a quantia de R\$ 224.545,04".

Autos em tramite regular, já houve manifestação da Administradora Judicial, em fls. 96/105: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial sugere a Vossa Excelência: a) Nos termos da fundamentação, esta Administradora Judicial não vislumbra a exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial dos contratos: (i) fls. 24/29- Cédula de Crédito Bancário – nº 497306301;(ii) fls. 30/35 - Cédula de Crédito Bancário – operação nº 50043414; e (iii) fls. 36/41 - Cédula de Crédito Bancário – operação nº 49786370, por não comprovado o cumprimento da averbação dos contratos de garantia no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor, portanto não se tratar do caso previsto no § 3º do artigo 49 da Lei nº11.101/05. Sendo assim, deve fazer constar na Relação de Credores o Crédito, atualizando o total devido ao Requerente, na quantia de R\$288.543,44 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos) na classe quirografária; b) Abertura de vistas ao Ministério Público e à Recuperanda".*

Em fl. 108 manifestou-se a Recuperanda: *“em atenção ao r. ato ordinatório de fls. 106 para manifestar sua ciência e concordância com o parecer da D. Administração Judicial (fls.96/105 dos autos) pela manutenção dos créditos oriundos das CCB’s nº 497306301; nº50043414 e nº 49786370 e pela correção do crédito do Impugnante na cifra de R\$288.543,44 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos) na classe quirografária”.*

Em fl. 114/118 a Administradora Judicial manteve seu entendimento, e requereu abertura de vistas ao Ministério Público.

Autos aguardando apreciação judicial.

05 - Autos nº 1185157-20.2023.8.26.0100 - Impugnação de Crédito: demanda distribuída em 28.12.2023, por Banco Safra S. A, o qual pleiteia: *“(i) excluir dos efeitos da presente Recuperação Judicial os créditos oriundos dos contratos nº 0017099812; nº 001710489; nº001710942; e 001711566, tendo em vista a constituição de garantia fiduciária; (ii) manter no Quadro Geral de Credores, na classe III, os créditos decorrentes dos contratos com garantia FGI-PEAC, sendo eles: CCB nº 001709618; e CCB nº 001710641, no total de R\$ 528.243,13 (quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e três reais e treze centavos)”.*

Autos em fase inicial e em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora em fls. 240/250: *“a) Nos termos da fundamentação, esta Administradora Judicial não vislumbra a exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial dos contratos referentes às CCB’s nº 0017099812, nº 001710489, nº001710942 e nº 001711566, por não comprovado o cumprimento da averbação dos contratos de garantia no registro de títulos e*

documentos do domicílio do devedor, portanto não se tratar do caso previsto no § 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/05. Sendo assim, deve fazer constar na Relação de Credores o Crédito, atualizando o total devido ao Requerente, na quantia de R\$ 1.494.028,53 (um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil vinte e oito reais e cinquenta e três centavos) na classe quirografária; b) Abertura de vistas ao Ministério Público e à Recuperanda”.

Manifestação da Recuperanda em fls. 280/282: *“Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo a decretar a manutenção do rol de credores tanto quanto ao valor como na classificação como apresentado pela Administradora judicial, por conseguinte, rejeitar o equivocado pedido de exclusão ora respondido”.*

O titular do crédito impugnou o parecer da Administradora, cuja decisão de 15.04.2024 determinou à Administradora apresentação de manifestação, o que fora cumprido em fls. 321/325: *“Na forma da fundamentação, quanto ao mérito, a Administradora mantém o posicionamento e sugere abertura de vistas ao Ministério Público. Em sequência, a Administradora entende pela maturidade do feito à tomada das providencias contidas no Artigo 15 da Lei nº 11.101/05”.*

Autos aguardando apreciação judicial.

06 - Autos nº 1001695-26.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 2.797,71 (dois mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Alex Sandro Silvino Bezerra, em virtude às verbas rescisórias.

Os autos estão em fase inicial. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação”.*

Houve manifestação da Recuperanda em fls. 29/32: *“Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 2.797,71 (dois mil setecentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Alex Sandro Silvino Bezerra”.*

Autos aguardando apreciação judicial.

07 - Autos nº 1001703-03.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 13.369,97 (treze mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Luan Correa De Oliveira, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº*

11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação".

Houve, também, manifestação da Recuperanda nos autos em fls. 29/32: "Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor de 13.369,97 (treze mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Luan Correa de Oliveira".

Em fls. 35/39 a Administradora Judicial ratificou seu entendimento acerca do mérito.

Autos aguardando apreciação judicial.

08 - Autos nº 1001699-63.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 6.033,70 (seis mil e trinta e três reais e setenta centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Raugreique dos Reis Bezerra dos Santos, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, em fls. 11/25: "Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação".

Houve também, manifestação da Recuperanda nos autos, fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor de R\$ 6.033,70 (seis mil e trinta e três reais e setenta centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de RAUGREIQUE DOS REIS BEZERRADOSSANTOS"*.

Em fls. 35/39 a Administradora Judicial ratificou seu entendimento acerca do mérito.

Autos aguardando apreciação judicial.

09 - Autos nº 1001733-38.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 12.783,25 (doze mil setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) na classe trabalhista em favor da Credora Vilma Goncalves Rodrigues de Souza, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, em fls. 15/25: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação da Requerida aguarda pela vinda de manifestação"*.

Houve, também, manifestação da Recuperanda nos autos em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor de R\$ 12.783,25 (doze mil*

setecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavo) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Vilma Gonçalves Rodrigues de Souza Nestes termos”.

Em fls. 35/39 a Administradora Judicial ratificou seu entendimento acerca do mérito.

Autos aguardando apreciação judicial.

10 - Autos nº 1001723-91.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 6.484,06 (seis mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e seis centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Antônio Reis de Carvalho, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação”.*

Em 10.05.2024 houve decisão judicial determinando à Recuperanda a juntada do comprovante de intimação do titular do crédito. Em fl. 29 a Recuperanda requereu a dilação de prazo para fins de localização do titular do crédito, ao que deferido pelo juízo.

11 - Autos nº 1001740-30.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 9.260,22 (nove mil duzentos e sessenta reais e vinte e dois centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Araidio Leandro dos Santos, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda efetiva intimação”.*

Em 10.05.2024 houve decisão judicial determinando à Recuperanda a juntada do comprovante de intimação do titular do crédito. A Recuperanda requereu dilação de prazo para cumprimento do determinado.

Autos aguardando apreciação judicial.

12 - Autos nº 1001712-62.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 8.580,57 (oito mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos) na classe trabalhista em favor do Credor João Antônio Francisco Nobrega, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls.

15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação”.*

Em 10.05.2024, fl. 27, houve decisão judicial determinando à Recuperanda a juntada do comprovante de intimação do titular do crédito. A Recuperanda requereu dilação de prazo para cumprimento do determinado.

Autos aguardando apreciação judicial.

13 - Autos nº 1001717-84.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 6.810,23 (seis mil oitocentos e dez reais e vinte e três centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Denis Rodrigues da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da impossibilidade da intimação do Requerido requer a intimação da Requerente a fim de promova os meios necessários à intimação do Requerido”.*

Em fl. 27 há decisão determinando a manifestação das partes. A Recuperanda já se manifestou em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 6.810,23 (seis mil oitocentos e dez reais e vinte e três centavos), no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Denis Rodrigues da Silva.*

Autos aguardando apreciação judicial.

14 - Autos nº 1001780-12.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 20.272,10 (vinte mil duzentos e setenta e dois reais e dez centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Joao Mirailson Campos Oliveira, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 16/26: *" Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Uma vez que não concluída, aguarda a superveniente comprovação da intimação pela Requerente, para que, requerendo, o Requerido possa manifeste-se nos autos e exerça os direitos constitucionais, elidindo eventual arguição de nulidade".*

Em fls. 28/29 há decisão judicial para manifestação das partes, ao que cumprido pela Recuperanda em fls. 32/35: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a*

inclusão do valor 20.272,10 (vinte mil duzentos e setenta e dois reais e dez centavos), no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Joao Mirailson Campos Oliveira”.

Autos aguardando apreciação judicial.

15 - Autos nº 1001773-20.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 23.993,58 (vinte e três mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Emerson da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação”;*

A Recuperanda se manifestou em fls. 2/32: *“Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 23.993,58 (vinte e três mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Emerson da Silva”.*

Em fls. 35/49 a Administradora Judicial manifestou-se em ratificação a sua posição nos autos, e requereu abertura de vistas ao Ministério Público.

Autos aguardando apreciação judicial.

16 - Autos nº 1001759-36.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 24.739,38 (vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Ednaldo Dos Santos, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação"*.

Em decisão de fl. 27 foi aberta vistas as partes. A Recuperanda se manifestou. Em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 24.739,38 (vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Ednaldo dos Santos"*.

Em fl. 33 há determinação para manifestação da Administradora Judicial, ao que ratificou seu parecer em fls. 35/39.

Autos aguardando apreciação judicial.

17 - Autos nº 1001746-37.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 15.120,79 (quinze mil cento e vinte reais e setenta e nove centavos) na classe trabalhista em favor do Credor José Cicero Cabral Inacio, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação"*.

A Recuperanda já se manifestou em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 15.120,79 (quinze mil cento e vinte reais e setenta e nove centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Jose Cicero Cabral Inacio"*.

Aberta nova vista à Administradora judicial, ao que ratificou seu parecer em fls. 35/39 e requereu vista ao Ministério Público.

Autos aguardando apreciação judicial.

18 - Autos nº 1001752-44.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 8.817,28 (oito mil oitocentos e dezessete reais e vinte oito centavos) na classe

trabalhista em favor do Credor Ramon Nobrega da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação"*.

Aberta vistas as partes, a Recuperanda já se manifestou em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 8.817,28 (oito mil oitocentos e dezessete reais e vinte oito centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Ramon Nobrega da Silva"*.

Autos aguardando apreciação judicial.

19 - Autos nº 1001788-86.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 18.041,85 (dezoito mil quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), na classe trabalhista em favor do Credor Antônio Junior Lucio, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa*

Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação".

Aberta vistas as partes, a Recuperanda já se manifestou em fls. 29/32: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor 18.041,85 (dezoito mil quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Antônio Junior Lucio".*

Aberta nova vista à Administradora Judicial, ao que ratificou seu parecer em fls. 35/39 e requereu vista ao Ministério Público.

Autos aguardando apreciação judicial.

20 - Autos nº 1001824-31.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 14.336,23 (quatorze mil trezentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Francisco Marcelino da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 16/26: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da*

Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda da confirmação da intimação”.

Aberta vistas as partes, a Recuperanda já se manifestou em fls. 30/33: *“Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 14.336,23 (quatorze mil trezentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Francisco Marcelino da Silva”.*

Em fls. 34/35 há despacho determinando a manifestação da Administradora Judicial.

21 - Autos nº 1001816-54.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 6.703,95 (seis mil setecentos e três reais e noventa e cinco centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Thiago Camargo Marcelino, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 16/26: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Aguarda, pela Requerida, a comprovação da intimação do Requerido para que este manifeste-se nos autos e exerça os direitos constitucionais, elidindo eventual arguição de nulidade”.*

Aberta vistas as partes, a Recuperanda se manifestou em fls. 30/33: *“Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher a presente impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 6.703,95 (seis mil setecentos e três reais e noventa e cinco centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Tiago Camargo Marcelino”.*

Autos aguardando apreciação judicial.

22 - Autos nº 1001813-02.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 8.131,17 (oito mil cento e trinta e um reais e dezessete centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Jose Nilton Araújo Lima, em virtude às verbas rescisórias.

Os autos estão em fase inicial. Em 31.01.2024, fls. 10/11, houve decisão judicial determinando a intimação do Credor impugnado, e após sua manifestação, vistas à Administradora Judicial.

Em 22.04.2024 houve decisão judicial determinando a manifestação da Recuperanda quanto ao Credor impugnado. Em 05.05.2024 a Recuperanda juntou o comprovante de rastreio com status “objeto não entregue”. A Recuperanda requereu a dilação de prazo para manifestação, ao que deferido em fl. 20.

23 - Autos nº 1001833-90.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 7.109,23 (sete mil cento e nove reais e vinte e três centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Lucas Ferreira da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Em 13.01.2024 houve decisão judicial determinando a intimação do Credor Impugnado para que, requerendo, manifeste-se nos autos.

Em 21.02.2024 houve manifestação da Recuperanda comprovando o envio de intimação para o Credor. Em 14.05.2024, fl. 18, a Recuperanda juntou o comprovante de rastreio com status "objeto entregue".

24 - Autos nº 1001845-07.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 3.006,09 (três mil e seis reais e nove centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Anofre Alves Bastos, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em fase inicial e em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 16/26: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação do Requerido aguarda pela vinda de manifestação"*.

Em fls. 31/32 houve parecer do Ministério Público: *"Compete à devedora promover a devida consignação em pagamento perante a Justiça do Trabalho, caso o credor não tenha comparecido à homologação do Termo de Quitação de Rescisão de Contrato de Trabalho de fls. 9/10. Ante ao exposto, opina o Ministério Público pela improcedência da Impugnação de Crédito, por ser medida de inteira justiça"*.

Em 14.05.2024, fls. 38/39 houve decisão judicial quanto ao mérito do pedido: "Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente Habilitação de Crédito, podendo o credor cobrar livremente seu crédito, já apurado junto ao Juízo da condenação".

Em fls. 41/42 houve oposição de Embargos de Declaração pela Recuperanda: "*Nestas condições, ante o exposto, requer sejam acolhidos estes Aclaratórios nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, sanando-se a omissão acima apontada de modo a julgar procedente a habilitação em questão*".

25 - Autos nº 1001841-67.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 4.999,18 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) na classe trabalhista em favor do Credor Izaias Kelyson Moraes, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 15/25: "*Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Superveniente comprovação da intimação do Requerido para que, requerendo, manifeste-se nos autos e exerça os direitos constitucionais, elidindo eventual arguição de nulidade*".

Aberta vistas as partes, a Recuperanda já se manifestou em fls. 29/32: "*Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher apresente*

impugnação para determinar a inclusão do valor R\$ 4.999,18 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de Izaias Kelyson Moraes".

26 - Autos nº 1002470-41.2024.8.26.0100 - Impugnação de Crédito distribuída em 09.01.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 1.674,62 (mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) na classe trabalhista em favor da Credora Fernanda Aparecida da Silva, em virtude às verbas rescisórias.

Autos em tramite regular. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 13/24: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Conforme fundamentos expostos, esta Administradora Judicial não vislumbra o referido crédito na relação de credores, por óbice no artigo 49 "caput" da Lei nº 11.101/05; b) Abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público; c) Acerca da intimação da Requerida aguarda pela promoção de sua citação a fim de integrar a lide, sob pena de oportuna e eventual arguição de nulidade".*

Em fls. 27/30 manifestou-se a Recuperanda: *"Ante o exposto, é a presente para requerer se digne esse Ilustre Juízo acolher presente impugnação para determinar a inclusão do valor de R\$ 1.674,62 (mil seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) no Quadro Geral de Credores, entre os Créditos Trabalhistas - Classe 1 em favor de FERNANDA APARECIDA DA SILVA".*

Autos aguardando apreciação judicial.

27 - Autos nº 1004248-46.2024.8.26.0100 – Impugnação de Crédito distribuída em 15.01.2024 por Banco Komatsu Do BRASIL S.A, o qual pleiteia a exclusão do crédito dos efeitos da Recuperação Judicial.

Os autos estão em fase inicial. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 56/64: *“Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial conclui: a) Até o presente momento, não vislumbra a exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial, por não comprovado o cumprimento da averbação dos contratos de garantia no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor, portanto não se tratar do caso previsto no § 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/05. Sendo assim, não prospera a exclusão do valor do crédito do Requerente, na Relação de Credores na classe quirografária;). Por fim, requer a abertura de vistas ao Ministério Público e à Recuperanda”*.

Houve manifestação da Recuperanda, ao que concordou com a Administradora em fl. 72.

Autos aguardando apreciação judicial.

28 - Autos nº 1005919-07.2024.8.26.0100 – Habilitação de Crédito distribuída em 18.01.2024 por Djair Amorim Silva, o qual pleiteia a habilitação do crédito no valor de R\$ 14.595,95 (quatorze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos) atualizada até 06.11.2023, de ordem trabalhista.

Os autos estão em fase inicial. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 11/17: *“Desta forma, a Administradora propõe a retificação do*

crédito do Requerente da Relação de Credores, e a inclusão do crédito de seu patrono, na seguinte forma: DJAIR AMORIM SILVA Crédito Trabalhista (art.83, I da Lei nº 11.101/05) R\$ 14.595,95 – R\$ 1.617,20= R\$ 12.978,75, PATRONO ATUANTE NA CAUSA (Dr. Uhelisda Silva Alencar) - Crédito Trabalhista (art. 83, I da Lei nº 11.101/05)".

Em fl. 27 a Recuperanda não se opôs ao deferimento dos pedidos. O Ministério Público, em 09.05.2024, fls. 30/31 requereu nova manifestação da Administradora, ao que cumprido em fls. 36/39: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial manifesta a Vossa Excelência: a) Na forma da fundamentação, a Administradora Judicial concorda com o Ministério Público no sentido de que, uma vez constituído o crédito do patrono após 07.03.2023 não integrará a Relação de Credores. No mais, mantém a posição de constar o crédito do Requerente a quantia de R\$ 12.978,75, eis que a base dos valores é o desligamento do TRCT 27.02.2023; b) Requer a abertura de vistas à Recuperanda e ao Ministério Público".*

Autos aguardando apreciação judicial.

29 - Autos nº 1006994-81.2024.8.26.0100 – Impugnação de Credito distribuída em 19.01.2024 por Banco do Brasil S/A, o qual pleiteia a exclusão do credito aos dos efeitos da Recuperação Judicial.

Os autos estão em fase inicial. Já proferida decisão inicial determinando apresentação de parecer da Administradora, ao que já fora cumprido em fls. 96/106: *"Na forma da fundamentação, esta Administradora Judicial conclui que a) Nos termos da fundamentação, esta Administradora Judicial, a priori, vislumbra a possibilidade de exclusão dos créditos dos efeitos da recuperação judicial dos contratos referentes aos contratos nº 4595805,4595813, 4595836, 4595809, por comprovada a previsão legal contida no§ 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/05,*

ressalvando-se o direito da Recuperanda a manutenção na posse do bem de capital ao período de vigência do stay period artigo 6º, § 7º-A e 7º-B da Lei nº 11.101/05.;b) Por fim, requer a abertura de vistas ao Ministério Público e à Recuperanda”.

Em fls. 109/110 manifestou-se o Requerente: *“Excelência, o Impugnante concorda com o parecer da Administradora Judicial, que acertadamente reconheceu a extraconcursalidade do crédito. Reforça-se, pois, que a manutenção da posse e reconhecimento da essencialidade do bem para a recuperanda somente poderá ser aceita durante o stay period, e, mais ainda, cabendo guarda e zelo dos bens enquanto estiver na posse, evitando o perecimento dos bens”.*

Fl. 112 há decisão judicial: *“Trata-se de impugnação de crédito movida por Banco do Brasil S/A em face de Gerenconsult Geotecnia e Engenharia Ltda. Não havendo impugnações ao parecer contábil apresentado pela Administradora Judicial, ACOLHO a presente impugnação de crédito, excluindo-se do Quadro Geral de Credores o crédito em favor da impugnante”.*

Em fls. 113/114 houve interposição de Embargos de Declaração pelo Requerente: *“Isso posto, espera seja recebido, conhecido e acolhido os embargos de declaração, para que com fundamento no inciso III do art.1.022 e art.494, inciso I do CPC, seja a r. sentença retificada para passar a constar o nome da BB Administradora de Consórcios S.A., em substituição ao nome do Banco do Brasil S.A.*

Autos aguardando apreciação judicial.

30 - Autos nº 1031126-08.2024.8.26.0100 – Impugnação de Crédito distribuída em 04.03.2024, pela Recuperanda. Pleiteia a inclusão do crédito no valor de R\$ 1.937,97 (mil novecentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos) na classe

trabalhista em favor do Credor Paulo Sergio de Souza, em virtude às verbas rescisórias.

Houve decisão judicial determinando a intimação do Credor pela Recuperanda, e em 15.03.2024 a Recuperanda comprovou o envio de intimação. Em 09.05.2024 houve determinação para comprovação aos autos do recebimento da notificação pelo titular do crédito.

A Recuperanda, em 14.05.2024 juntou comprovante com o status “objeto entregue”.

31 - 1092269-95.2024.8.26.0100 - Impugnação de Crédito distribuída em 14.06.2024 por CZLOC Locação de Equipamentos para Construção Civil LTDA. Pleiteia a modificação do crédito na Relação de Credores para fazer constar o valor de R\$ 59.702,70 (cinquenta e nove mil setecentos e dois reais e setenta centavos).

O Requerente já consta na Relação de Credores com o valor de R\$ 34.289,17 (trinta e quatro mil duzentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos).

Autos aguardando apreciação judicial.

32 - 1092340-97.2024.8.26.0100 - Habilitação de Crédito distribuída em 14.06.2024 por Conceito Locadora LTDA. Pleiteia a inclusão do valor de R\$ 2.440,67 (dois mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta e sete reais) na relação de credores.

Autos aguardando apreciação judicial.

7.3. Do Quadro Geral de Credores.

Em vista à pendência de resolução, isto é, do julgamento das Habilitações de Crédito e Impugnações de Crédito acima citadas, não há previsão para consolidação da Relação de Credores em Quadro Geral de Credores, nos termos do artigo 18 da Lei nº 11.101/05.

7.4. Dos créditos de natureza trabalhista referentes aos desligamentos supervenientes ao pedido da recuperação judicial.

Acerca da matéria, a Administradora suscitou nos autos da Recuperação judicial o pronunciamento judicial acerca da sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos casos em que o fato gerador do crédito (dispensa) ocorrer em data superveniente ao pedido da recuperação judicial, com fundamento na ante a regra contida no artigo 49 *caput* da Lei nº 11.101/05.

A questão ainda não objeto de apreciação pelo juízo.

A priori, identificam-se os seguintes créditos envolvidos na controvérsia:

Identificação Credor	CPF	Data desligamento (TRCT)
Juliana Alves dos Santos Nunes	324.752.298-02	09.03.2023
Francisco Jenilson da Conceição Pereira	571.207.493-15	11.03.2023
Fabiano Pereira da Silva	387.772.508-26	12.03.2023
Pedro Ferreira Dias	140.170.798-06	06.04.2023
Aelton Silva Lopes	050.504.903-16	17.05.2023
Daniel Alves Rodrigues	070.805.893-04	17.05.2023

Elizandro dos Santos Cruz	038.643.633-90	17.05.2023
Fabio Santos da Silva	602.797.833-37	17.05.2023
Leizerrames Nunes de Moraes	055.528.363-16	17.05.2023
Roberson Nobrega Augusto	398.467.208-07	17.05.2023
Rafael Cristino Santos	094.699.766-73	23.05.2023
Celso Zampieri Ribeiro	287.001.448-19	26.05.2023
Jocimar Batista dos Santos	337.722.288-01	26.05.2023
Euclides Ponciano	016.446.991-50	02.06.2023
João Batista de Albuquerque	020.703.223-86	02.06.2023
Beatriz Flores de Oliveira	402.034.758-10	26.06.2023
Rodrigo Gomes Santos	357.451.708-40	13.07.2023

Sobre tais créditos, ainda não houve, especificamente, decisão judicial a respeito.

Em vista ao parecer do Ministério Público de fls. 1735/1737, o qual sugeriu a instauração de incidente próprio para apreciação e resolução da questão, certamente haverá pronunciamento judicial a respeito desta sugestão.

7.5. Do Plano de Recuperação Judicial.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado tempestivamente pela Recuperanda será, oportunamente, objeto de apreciação pelos Credores em Assembleia de Geral de Credores, nos dias 25.07.2024 (primeira convocação) e 01.08.2024 (segunda convocação).

A primeira convocação será instaurada com a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor

e, caso não haja quórum nesta ocasião, haverá a instauração da segunda convocação, nos termos do § 2º do artigo 36 da Lei nº 11.101/05⁵.

A assembleia será realizada por meio virtual, e contará com auxílio de pessoa jurídica especializada Sandrini Assessoria em Assembleia Geral de Credores, e auxiliará na execução dos procedimentos assembleares.

Nos termos da Lei nº 11.101/05, bem como do Comunicado CG nº 809/2020⁶, os credores interessados na participação da assembleia, devem realizar prévio cadastrar, via e-mail, junto à Administradora e à Sandrini, pela seguinte forma:

Credores representados por procurador: Os credores que desejarem constituir procurador para representá-los na Assembleia deverão entregar à Administradora Judicial, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia, por e-mail para os endereços eletrônicos: gerenconsultrj@veritasempresarial.com e eagcvirtual@assembleiageraldecredores.com, número de telefone, documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação das folhas dos autos do Processo de Recuperação Judicial em que se encontrem tais documentos. A procuração deverá constituir poderes específicos para comparecimento e voto.

Pessoas Jurídicas credoras: com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia deverão apresentar à Administradora Judicial, por e-mail para os endereços eletrônicos: gerenconsultrj@veritasempresarial.com e eagcvirtual@assembleiageraldecredores.com, número de telefone, os

⁵ § 2º A assembléia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número.

⁶ <https://www.tjsp.jus.br/Corregedoria/Comunicados/Comunicado?codigoComunicado=19190&pagina=5>

documentos societários que comprovem os poderes específicos para comparecimento e voto do(s) representante(s) e demais documentos hábeis que comprovem a outorga de poderes ou a indicação das folhas dos autos do processo em que se encontrem os mencionados documentos societários, e em caso de pessoa física os documentos pessoal com foto (RG e CPF).

Sindicato dos Trabalhadores: com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início da Assembleia, /deverão apresentar à Administradora Judicial, por e-mail para os endereços: gerenconsultrj@veritasempresarial.com e agcvirtual@assembleiageraldecredores.com, número de telefone, a relação de associados que pretendem representar. Recebido referido e-mail, a Administradora Judicial confirmará pelo mesmo meio o cadastro do credor.

Confirmados os dados para participação, será encaminhado ao Credor, através de e-mail o link de acesso e senha à plataforma à sala virtual da assembleia. No mesmo e-mail serão, também, disponibilizados os procedimentos que deverão ser observados, sendo importante que os credores fiquem atentos as suas caixas de correio eletrônico, posto que o link de acesso será enviado por meio do endereço eletrônico agcvirtual@assembleiageraldecredores.com.

Para entrar na sala virtual da assembleia, o credor deverá seguir as instruções contidas no e-mail com o link de acesso, devendo especialmente promover o teste de conexão para verificação de áudio e vídeo dentro do período de credenciamento.

Caso haja dificuldade para o ingresso na sala virtual ou cadastro, a parte Credora ou Interessada deve procurar a Administradora Judicial para auxílio e participação na assembleia, através dos canais do suporte:

gerenconsultrj@veritasempresarial.com e
agcvirtual@assembleiageraldecredores.com , número de telefone (11) 3222-9599
(WhatsApp).

Ressalta-se que somente a participação da assembleia os credores que fizerem este cadastro em até 24 (vinte e quatro horas) antecedentes à realização da assembleia. Em sequência, estes credores já cadastrados, deverão assinar a lista de presença, no momento do credenciamento que será realizado das 9:00 às 9:45, conforme previsto no edital.

Outrossim, no dia 24 de julho de 2024 às 10:00 horas haverá reunião prévia de explicação dos procedimentos de participação na Assembleia Geral De Credores Virtual. O ingresso será feito através do seguinte link:
<https://sandriniassessoriaagc.clickmeeting.com/reuniao-previa-assembleia-geral-de-credores-gerenconsult-geotecnia-e-engenhari-24-07-2024-10h>

A senha de ingresso é: gerenconsul.

No dia da assembleia devem ser apresentados pelos participantes os seguintes documentos: **(i)** documentos de identidade válidos do credor, no caso de pessoa física; **(ii)** documentos de identidade válidos dos representantes legais do credor, no caso de pessoa jurídica; e **(iii)** documentos de identidade válidos do mandatário do credor.

Conforme bem colocado pelo juízo em decisão de fls. 1705/1707 dos autos da Recuperação Judicial, *“em síntese, as objeções ao Plano tratando (i) elevado deságio a que os credores quirografários estariam submetidos, na razão de 80%, (ii)*

do prolongado prazo de pagamento de 12 anos, (iii) a viabilidade econômica da recuperanda".

Os credores e demais interessados poderão ter acesso ao Plano de Recuperação Judicial mediante consulta aos autos, fls. 653/751, ou mediante consulta ao site oficial da Administradora Judicial, pelo seguinte link de acesso:

<https://veritasempresarial.com.br/gerenconsult-geotecnia-e-engenharia-limitada/45>

7.6. Das demandas trabalhistas em face da Recuperanda.

Ao tempo do pedido da Recuperação Judicial, isto é, março de 2023, a Recuperanda detinha reduzida quantidade de processos judiciais dos quais figurava como parte.

Ao longo do tramitar da recuperação judicial, os credores propuseram ações judiciais a fim de receber seus créditos, tal como se demonstra no item 7.1 desta.

O mesmo fato observa-se com os credores de ordem trabalhista.

A Administradora Judicial iniciou o levantamento destas ações, e extraída certidão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, bem como no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, há um total de 21 (vinte e uma) Reclamações Trabalhistas distribuídas, conforme depreende:

Ação	Vara	Reclamante	Reclamada	Data distribuição	Valor da Causa
1001502-06.2023.5.02.0701	1ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Ednaldo dos Santos	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	10.10.2023	R\$ 36.165,64
1000842-87.2023.5.02.0482	2ª Vara do Trabalho de São Vice -TRT 2ª Região	Guilherme Lins de Camargo Marques	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	10.08.2023	R\$ 160.600,00
1000370-68.2024.5.02.0703	3ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Denis Rodrigues da Silva	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	14.03.2024	R\$ 21.620,55
1000210-37.2024.5.02.0705	5ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Patrik Venancio Soffiatti	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	20.02.2024	R\$ 51.125,59
1001670-90.2023.5.02.0706	6ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Rodrigo Santiago de Oliveira	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	09.11.2023	R\$ 29.603,27

1000042- 20.2024.5.02.0710	10ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Nilson Rodrigues de Souza	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.01.2024	R\$ 26.482,70
1000042- 05.2024.5.02.0715	15ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Ismael Severino da Silva	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.01.2024	R\$ 18.504,52
1000715- 95.2024.5.02.0715	15ª Vara do Trabalho de São Paulo - Zona Sul - TRT 2ª Região	Messias da Conceição da Silva	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	13.05.2024	R\$ 332.629,21
1001215- 69.2023.5.02.0078	78ª Vara do Trabalho de São Paulo - TRT 2ª Região	Joao Claudio Beray De Souza	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.08.2023	R\$ 60.589,59
1001284- 92.2023.5.02.0081	81ª Vara do Trabalho de São Paulo - TRT 2ª Região	Francisco Evanildo da Silva Abreu	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	28.08.2023	R\$ 190.424,83
1000042- 05.2024.5.02.0715	15ª Vara do Trabalho de São Paulo - TRT 2ª Região	Ismael Severino da Silva	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.01.2024	R\$ 18.504,52

0011680- 06.2021.5.15.0130	Assessoria de Execução III de Campinas – TRT 15ª Região	Paulo Sergio Rodrigues	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	25.11.2021	R\$ 11.500,00
0010602- 59.2023.5.15.008	Vara do Trabalho de Jales – TRT 15ª Região	Jose Rogerio Bezerra da Silva Gomes	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	13.07.2023	R\$ 1.782.432,00
0010295- 71.2024.5.15.0080	Vara do Trabalho de Jales – TRT 15ª Região	Ocimar Batista dos Santos	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	03.04.2024	R\$ 102.834,96
0010205- 63.2024.5.15.008	Vara do Trabalho de Jales – TRT 15ª Região	Celso Zanpieri Ribeiro	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	13.03.2024	R\$ 160.758,12
0011512- 22.2023.5.15.0069	Vara do Trabalho de Registro – TRT 15ª Região	Clayton Fernandes Rosa	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	30.09.2023	R\$ 209.367,95
0010698- 73.2024.5.15.0069	Vara do Trabalho de Registro – TRT 15ª Região	Claudinei Paulo de Souza	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.05.2024	R\$ 54.856,12

0010554- 02.2024.5.15.0069	Vara do Trabalho de Registro – TRT 15ª Região	Willian Alves de Souza	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	18.04.2024	R\$ 79.872,91
0010765- 38.2024.5.15.0069	Vara do Trabalho de Registro – TRT 15ª Região	Jose Otavio de Araujo	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	31.05.2024	R\$ 54.255,00
0010698- 73.2024.5.15.0069	Vara do Trabalho de Registro – TRT 15ª Região	Claudinei Paulo de Souza	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	16.05.2024	R\$ 54.856,12
0011976- 04.2023.5.15.0083	3ª Vara do Trabalho de São José dos Campos – TRT 15ª Região	Francisco Cardoso	Gerenconsult Geotecnia Engenharia e Construções LTDA	22.12.2023	R\$ 342.387,81
Valor total envolvido					R\$ 3.763.205,77

E, conforme se demonstra, o valor envolvido nestas ações, em referência ao valor atribuído à causa, é de R\$ 3.763.205,77 (três milhões e setecentos e sessenta e três mil e duzentos e cinco reais e setenta e sete centavos), em detrimento a quantia de R\$ 3.635.590,13 (três milhões seiscentos e trinta e

cinco mil quinhentos e noventa reais e treze centavos), verificada no último relatório.

Destas demandas, sabe-se que a Recuperanda vem buscando a realização de acordo judicial.

8. DAS PRINCIPAIS E ATUAIS ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA.

A Administradora Judicial, além da confecção e apresentação mensal dos relatórios nos autos da recuperação judicial, há continuidade no atendimento e orientação aos Credores interessados.

A mesma medida, há dedicação no acompanhamento integral, contemplando confecção de parecer legal, dos Incidentes de Impugnações de Crédito e Habilitações de Crédito está ocorrendo diligente e tempestivamente, mais bem especificado no item 7.2 deste relatório, para fins de formação e consolidação do Quadro Geral de Credores. Em alguns incidentes inclusive, já houve julgamento.

Ademais, as atribuições a que trata o artigo 22 da lei nº 11.101/05 estão sendo cumpridas tempestivamente.

Neste momento, a Administradora, também, tem promovido auxílio nos procedimentos para a realização a Assembleia Geral de Credores, junto à Recuperanda e à empresa especializada contratada para a promoção dos procedimentos assembleares.

Sendo o que nos cumpria, apreciamos a oportunidade de assessorar Vossa Excelência neste processo recuperacional. Caso sejam necessários maiores

esclarecimentos acerca das informações contidas no relatório, estenderemos nossos trabalhos conforme Vossa Excelência julgar necessário.

São Paulo/SP, 12 de julho de 2024.

(assinado digitalmente)

VERITAS REGIMES DE RESOLUÇÃO EMPRESARIAL LTDA
José Moretzsohn de Castro

RICARDO ANTUNES DA SILVA
OAB/SP 425.464

LUANA PENA DE RESENDE
OAB/SP 416.805

LARISSA SANTOS DE SOUSA
OAB/SP 441.605